

# ATA N.º 13 (REUNIÃO PÚBLICA)

ooxxxoo

000

#### ABERTURA DA REUNIÃO

ooxxxoo

000

### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE -----

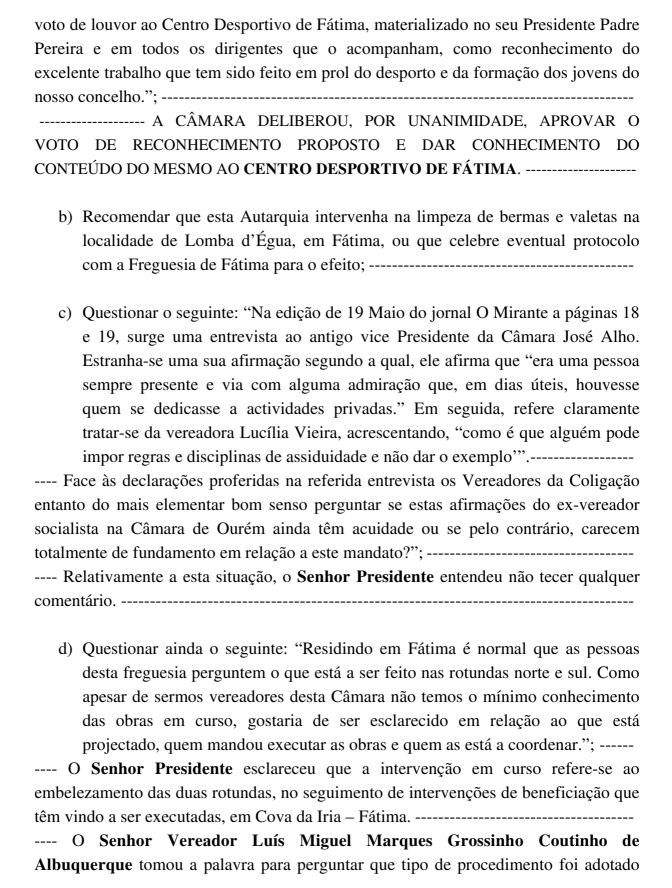
- ---- Tomou a palavra o **Senhor Vereador Nazareno do Carmo** que informou o munícipe de que a situação está sinalizada e de que está agendada nova vistoria, a fim de serem verificadas as condições acústicas. Quanto ao horário de funcionamento do



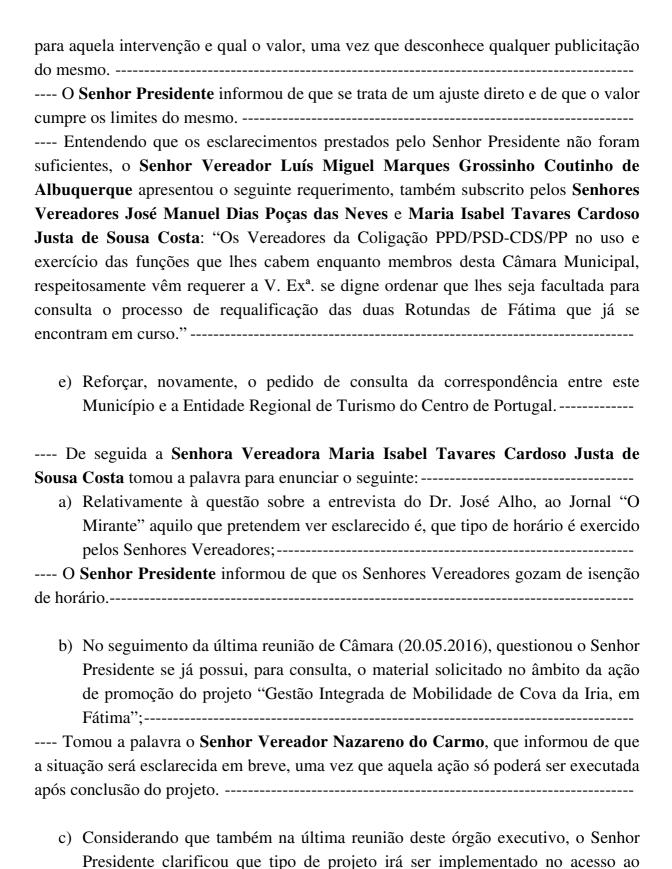
citado estabelecimento referiu que o mesmo advém da lei, podendo a sua atribuição ser regulamentada, estando a revisão do regulamento municipal em fase de conclusão. ----

2 – <b>Deolinda de Sousa Rosa</b> , residente na Rua de Castela, n.º 2, nesta Cidade, a
apelar, uma vez mais, para a resolução dos danos causados na sua habitação, em
consequência de desaterro ali levado a efeito quer pelo Município, quer pelo Senhor
Manuel Almeida dos Santos
O Senhor Presidente informou a munícipe presente de que irá averiguar
internamente o ponto de situação do problema exposto
OOXXXOO
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor
Presidente tomou a palavra para proceder à distribuição de cópia do "Guia de Apoio
ao Investidor"
Seguidamente o <b>Senhor Presidente</b> deu a palavra aos Senhores Vereadores para
tratamento de assuntos gerais para a autarquia
tratamento de assumos gerais para a autarquia.
Tomou a palavra o <b>Senhor Vereador José Manuel Dias Poças das Neves</b> para:
a) Apresentar o voto de reconhecimento a seguir transcrito, também subscrito
pelos Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de
Albuquerque e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa: "Na
reunião de 29 de Abril aprovámos, por unanimidade um voto de louvor ao
Centro Desportivo de Fátima e à sua equipa sénior que, brilhantemente, tinha
acabado de conquistar, invicto, o Campeonato Distrital de Santarém,
regressando assim aos Campeonatos Nacionais
Salientamos ainda a participação no Centro Desportivo de Fátima de mais de 300
jovens em vários escalões de formação dos 6 aos 18 anos
Nesta ocasião festiva em que festejam os seus 50 anos de existência não podemos
deixar felicitar os mais jovens atletas do clube da secção Academia de Futebol Padre
Pereira que ao nível dos Infantis sub 11, são Bi Campeões Distritais tal como os
•
Iniciados que sendo Campeões Distritais vão participar, na próxima época nos Campeonatos Nacionais
Face a este brilhante desempenho desportivo das camadas mais jovens do Centro
Desportivo de Fátima, os vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP propõem um



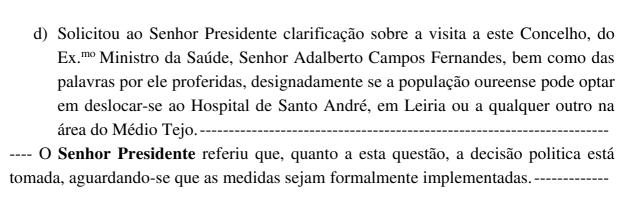






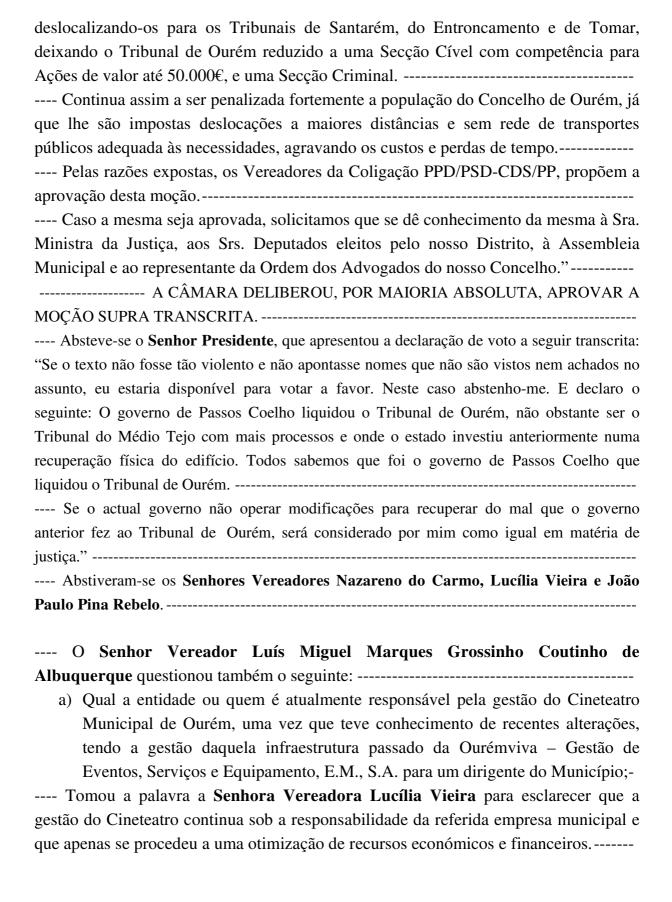
Centro Histórico, nomeadamente através da instalação de uma plataforma



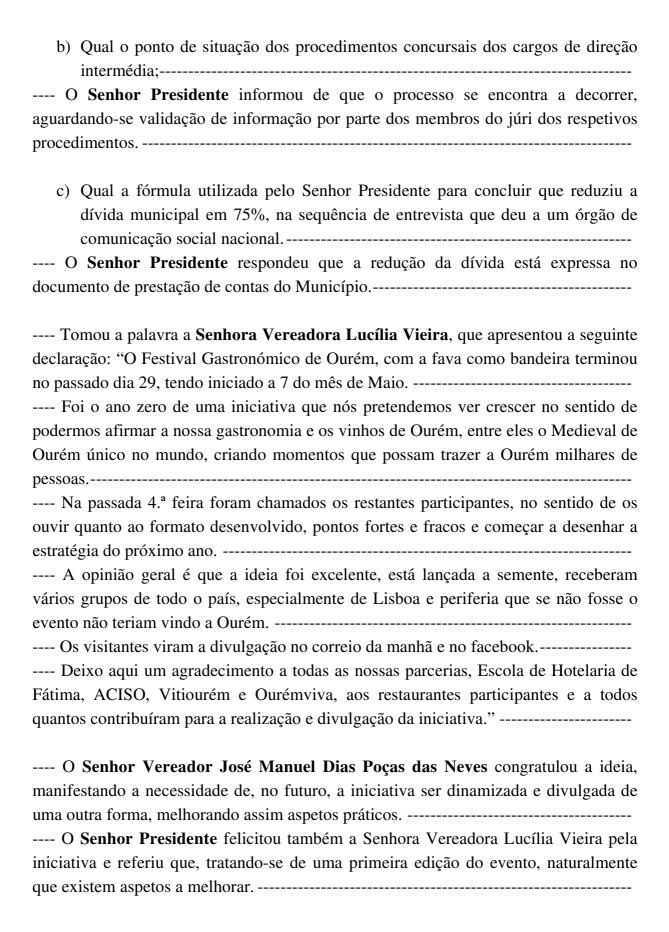


---- Seguidamente o Senhor Vereador Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque tomou a palavra para apresentar a moção, que a seguir se transcreve, também subscrita pelos Senhores Vereadores José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa: "Tendo sido tornado público as alterações ao Mapa Judiciário pela Sra. Ministra da Justiça, não podemos deixar de expressar a nossa preocupação pelo facto de Ourém ter sido mais uma vez preterido. ------ Reforma empreendida em 2014 pelo anterior Governo previa que existisse uma avaliação da dita reforma, permitindo uma ponderação após dois anos da sua implementação. --------- Verificámos que este Governo, seguindo as orientações previstas na Reforma, procedeu a algumas alterações no nosso Distrito e não teve em conta a realidade de Ourém, pois nada alterou em relação ao que se encontrava em vigor. --------- Lamentamos que o Sr. Deputado eleito pelo Distrito, e nosso conterrâneo, não tenha conseguido sensibilizar o Ministério da Justiça para a realidade de Ourém e que ainda não se tenha pronunciado publicamente sobre esta matéria. --------- Recordamos que a média anual de processos entrados no Tribunal Judicial da nossa Cidade, era, antes da reforma de cerca dois mil e quinhentos. Como se sabe, a Reorganização do Mapa Judiciário, esvaziou os poderes do Tribunal de Ourém,







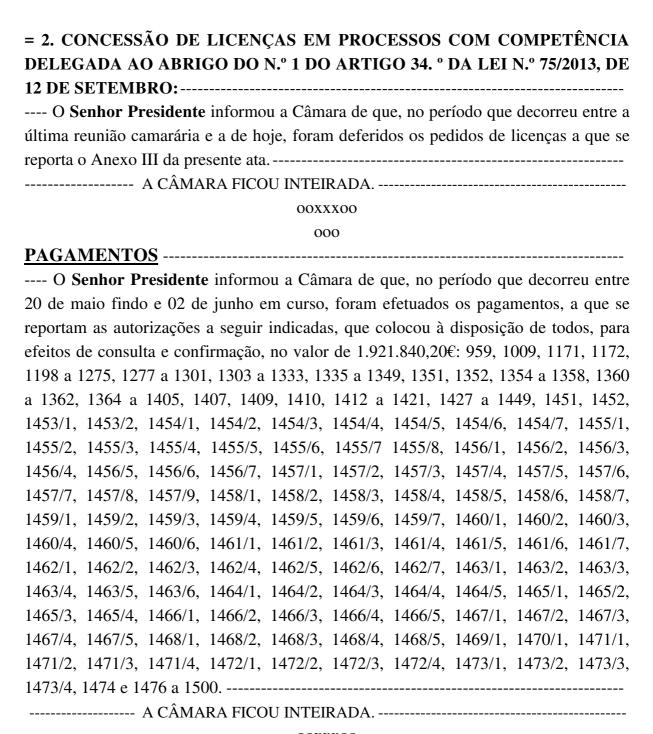




Por último o Senhor Presidente deu conta do seguinte:
a) Que foi assinado no passado dia 31 de maio findo, em Santa Maria da Feira, o
contrato referente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Ourém
no valor de 5,4 milhões de euros de financiamento;
b) Que decorreu, no passado dia 31 de maio findo, neste edifício, uma iniciativa
que visou essencialmente a discussão sobre o tema "Reativação da intervenção
humana para recuperação do pinho em zonas de minifúndio" da qual fez parte o
Secretário de Estado das Florestas, Senhor Eng. Amândio Torres
OOXXXOO
000
FESTAS DE OURÉM 2016
= DISTINÇÕES HONORÍFICAS =
O Senhor Presidente apresentou a lista que a seguir se transcreve, das
entidades/individualidades a homenagear no <i>Dia do Município</i> (20 de junho de 2016):
1. <u>Medalha de Ouro do Município</u>
Povo de Fátima;
Mário da Silva Coutinho Albuquerque;
David Pereira Catarino
2. Medalha de Ouro de Mérito Municipal
<ul> <li>Alaço – Revestimentos Metálicos, S.A.;</li> </ul>
Amaro de Oliveira Santos;
<ul> <li>Armando Leandro;</li></ul>
Carlos Alberto Santos Batista;
Centro Social do Espírito Santo;
■ Centro de Reabilitação e Integração de Fátima – CRIF;
■ Centro de Recuperação Infantil Ouriense – CRIO;
<ul> <li>Complexo D. Nuno – Bodas e Festas – Atividades Turísticas, Limitada;</li> </ul>
■ Euromolding – Madeiras, Limitada;
■ Hotel Cinquentenário & Conference Center – Fátima;
■ Hotel Fátima;
Joaquim Pereira Clemente;
José Luís do Vale;
Madeifátima – Madeiras, Limitada;
Maria Alice Prazeres Almeida Magalhães:

	Maria Natália Henriques Neves Vieira;					
	Quinta do Montalto II Agroindústria, Limitada;					
	Restaurante Tia Alice;					
	Transportes Broliveira, Limitada;					
	Vítor Manuel Neves Malho (póstumo);					
	Zona de Intervenção Florestal de Seiça – Ourém					
3. Meda	alha de Bons Serviços					
	Lúcia Silva Gonçalves;					
	Maria de Fátima Dias Castelão Pedro;					
	José Carlos Jorge Antunes;					
	Luís Paulo Santos Rato Niza Ribeiro;					
	João José Ferreira da Graça;					
	António Ferreira de Abreu;					
	Manuel Pereira Neves;					
	Cidália Judite Duque de Oliveira					
	A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, ATRIBUIR AS					
DISTINÇÕES	S DE ACORDO COM A LISTA SUPRA TRANSCRITA					
Aquando	da apreciação da atribuição da Medalha de Ouro do Município a Mário da Silv					
Coutinho Alb	ouquerque, o Senhor Vereador Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho d					
Albuquerque	e ausentou-se da sala, por ser familiar do homenageado					
	ooxxxoo					
	000					
<u>INFORMA</u>	<u>AÇÃO À CÂMARA DAS DECISÕES DO SENHOR</u>					
<u>PRESIDEN</u>	<u>NTE EM CONSEQUÊNCIA DA DELEGAÇÃO DE</u>					
<u>COMPETÍ</u>	<u>ÊNCIAS EFETUADA EM REUNIÃO DE 29 DE MAIO DE 2015</u>					
= 1. CONC	CESSÃO DE LICENÇAS PARA CONSTRUÇÃO, REEDIFICAÇÃO					
OU CONS	SERVAÇÃO, BEM COMO APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS					
PROJETOS	S, NOS TERMOS DA LEI:					
Nos teri	mos do n.º 2, do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,					
Senhor Pres	sidente informou a Câmara de que, no período que decorreu entre a última					
reunião cama	arária e a de hoje, foram deferidos os pedidos de licenças a que se reporta					
o Anexo II d	la presente ata					
	A CÂMARA FICOU INTEIRADA					





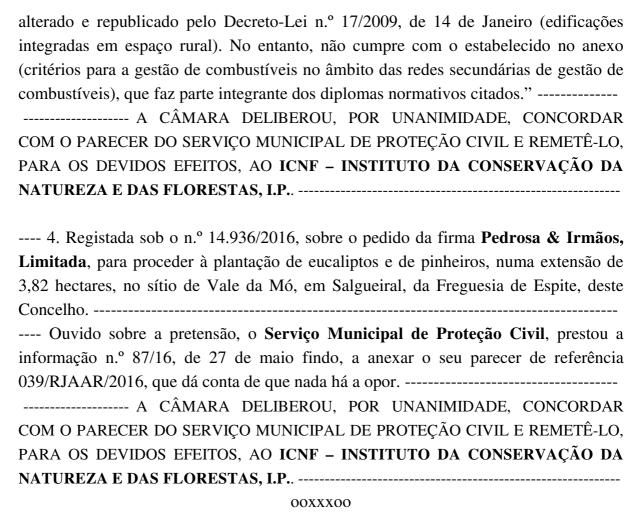
#### AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO -----

---- No âmbito do assunto indicado em epígrafe, foram apresentadas as cartas (enviadas por correio eletrónico), que se passam a especificar, do **Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.**, com sede no Centro Nacional de Exposições (CNEMA), em Quinta das Cegonhas – Santarém, a solicitar a emissão de



parecer, nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, sobre os pedidos que de igual modo se identificam: -------- 1. Registada sob o n.º 13.389/2016, sobre o pedido de Albertino Lopes Gonçalves, para proceder à plantação de eucaliptos, numa extensão de 2,61 hectares, no sítio de Vale João, em Santo Amaro, da Freguesia de Nossa Senhora de Misericórdias, deste Concelho. --------- O Serviço Municipal de Proteção Civil, ouvido sobre a pretensão, prestou a informação n.º 84/16, de 17 de maio findo, a anexar o seu parecer de referência 037/RJAAR/2016, que dá conta de que nada há a opor. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PARECER DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E REMETÊ-LO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, AO ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.. ---------- 2. Registada sob o n.º 13.390/2016, sobre o pedido de Manoel Mangas Pereira, para proceder à plantação de eucaliptos, numa extensão de 0,53 hectares, no sítio de Vale do Carvalho, em Vilões, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho. --------- Ouvido sobre o pedido, o Serviço Municipal de Proteção Civil, prestou a informação n.º 82/16, de 16 de maio findo, a anexar o seu parecer de referência 036/RJAAR/2016, que dá conta de que nada há a opor. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PARECER DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E REMETÊ-LO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, AO ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.. ---------- 3. Registada sob o n.º 14.787/2016, sobre o pedido de Maria Madalena Lopes Braçal Mangin, para proceder à plantação de eucaliptos, numa extensão de 0,16 hectares, no sítio de Outeiro Alto, em Casais Montes, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, deste Concelho.--------- Ouvido sobre o pedido, o Serviço Municipal de Proteção Civil, prestou a informação n.º 86/16, de 25 do mês findo, a anexar o seu parecer de referência 038/RJAAR/2016, que dá conta do seguinte: "(...) **Assim sendo:** ---------- A parcela em causa encontra-se inserida na rede secundária de faixas de gestão de combustível prevista no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho,

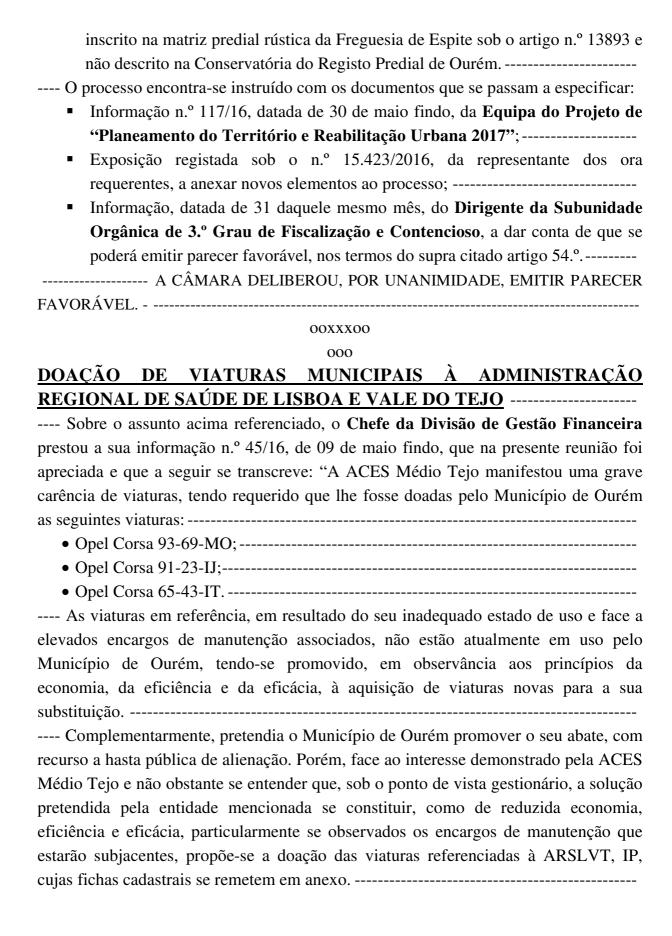




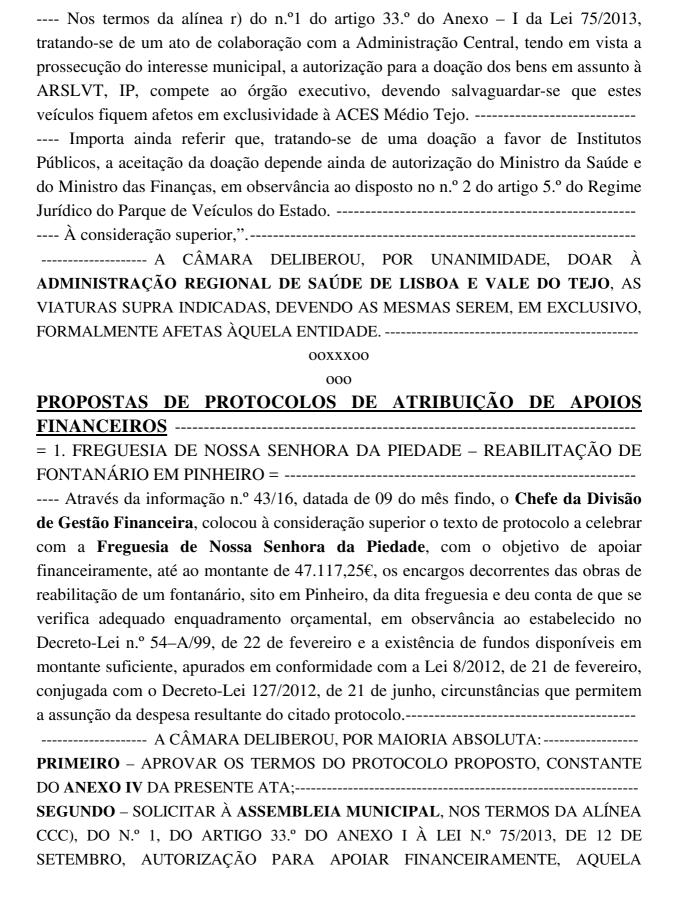
## AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)

- - Prédio rústico, composto por terra de semeadura, sito em Ninho de Águia, da União das Freguesias de Matas e Cercal, do Concelho de Ourém, com a área de 3701 m², a confrontar a norte e a sul com herdeiros de Augusto Francisco, a nascente com Rua da Escola e a poente com herdeiros de José Maria Ribeiro,









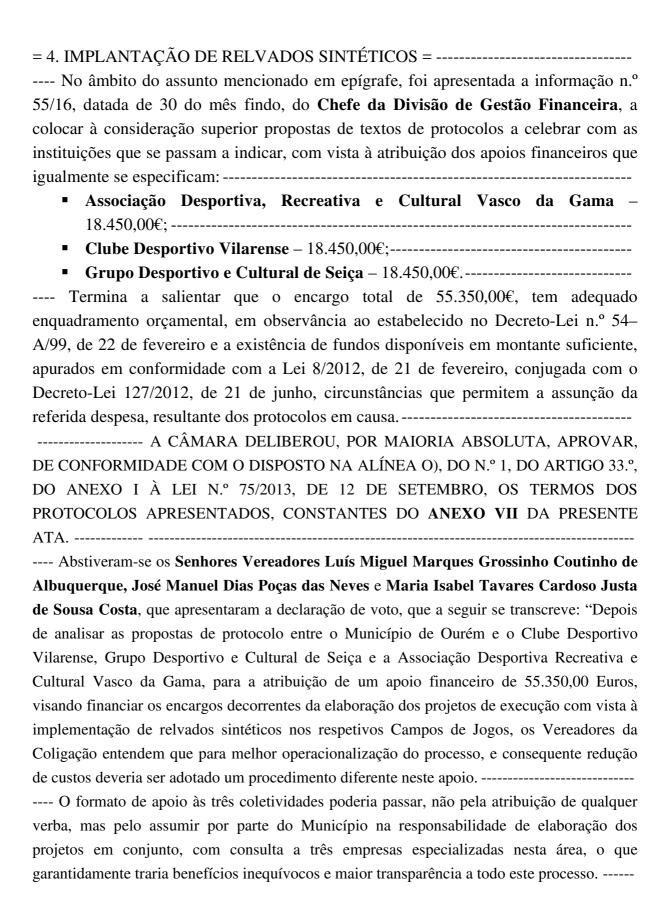


AUTARQUIA, CONFORME O DISPOSTO NA ALÍNEA J), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º,
DO MESMO DIPLOMA
Abstiveram-se os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de
Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa
de Sousa Costa, que apresentaram a seguinte declaração de voto: "Vem à reunião de Câmara
a proposta de protocolo de colaboração entre o Município de Ourém e a Freguesia de Nossa
Senhora da Piedade "Reabilitação de Fontenário sito em Pinheiro"
Embora reconhecendo a importância desta reabilitação, dado estado de degradação do
Fontenário bem como do espaço público envolvente, os Vereadores da Coligação não podem
deixar de referir que:
- Mais uma vez não nos foi facultado o projeto de execução da obra mencionado na Cláusula
1º do Protocolo como fazendo parte do Anexo 1
- Não temos condições para aferir se o montante de 47.117,25 Euros, previsto no protocolo
está em conformidade com os preços praticados
Tendo em conta os motivos acima identificados, que não nos permitem tomar uma
posição sustentada sobre este assunto, os Vereadores da Coligação são obrigados a
ABSTEREM-SE neste ponto da Ordem de Trabalhos."
~
= 2. FREGUESIA DE SEIÇA – CONSTRUÇÃO DE CASA MUSEU E
MULTIUSOS =
Foi apresentada a informação n.º 44/16, datada de 09 de maio findo, do <b>Chefe da</b>
Divisão de Gestão Financeira, a colocar à consideração superior o texto de protocolo
a celebrar com a <b>Freguesia de Seiça</b> com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao
montante de 51.042,18€, os encargos decorrentes das obras de construção de uma Casa
Museu e Multiusos, em Seiça e a dar conta de que se verifica adequado
enquadramento orçamental, em observância ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 54-
A/99, de 22 de fevereiro e a existência de fundos disponíveis em montante suficiente,
apurados em conformidade com a Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugada com o
Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, circunstâncias que permitem a assunção da despesa resultante do protocolo em apreço
A CÂMARA DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA:
PRIMEIRO – APROVAR OS TERMOS DO PROTOCOLO APRESENTADO,
CONSTANTE DO ANEXO V DA PRESENTE ATA;
SEGUNDO – SOLICITAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA
CCC), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE
SETEMBRO, AUTORIZAÇÃO PARA APOIAR FINANCEIRAMENTE, AQUELA

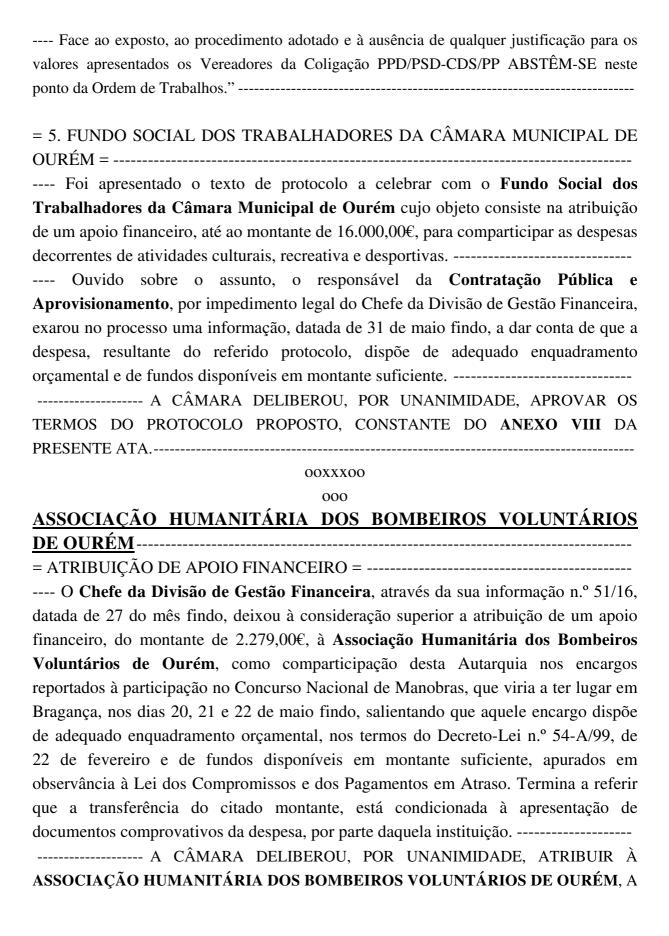


AUTARQUIA, CONFORME O DISPOSTO NA ALINEA J), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º,
DO MESMO DIPLOMA
Abstiveram-se os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de
Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa
de Sousa Costa, que apresentaram a declaração de voto, que se passa a transcrever: "Vem à
reunião de Câmara a proposta de protocolo de colaboração entre o Município de Ourém e a
Freguesia de Seiça "Casa Museu e Multiusos de Seiça" para atribuição do valor de 51.042,18
Euros para apoio ao investimento na referida Casa
O projeto desta Casa Museu, o seu acervo, e o seu Plano de Atividades nunca nos foi
apresentado por qualquer entidade autárquica
Desconhecemos igualmente os termos do financiamento comunitário em que a
candidatura ao PRODER foi aprovada
Mais uma vez não nos foi facultado o projeto técnico da obra mencionado na Cláusula 1º
do Protocolo como fazendo parte do Anexo 1
Não temos condições para aferir a que se refere o montante de 51.042,18 Euros, previsto
no protocolo
Tendo em conta os motivos acima identificados, que não nos permitem tomar uma
posição sustentada sobre este assunto, os Vereadores da Coligação são obrigados a
ABSTEREM-SE neste ponto da Ordem de Trabalhos."
= 3. CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE OURÉM E FÁTIMA – ASSOCIAÇÃO –
AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA DE 09 LUGARES =
Foi apresentada a informação n.º 50/16, de 27 de maio findo, do <b>Chefe da Divisão</b>
de Gestão Financeira, a colocar à consideração superior o texto de protocolo a
celebrar com o Conservatório de Música de Ourém e Fátima - Associação com o
objetivo de comparticipar, até ao montante de 14.000,00€, as despesas com a aquisição
de uma viatura ligeira de 09 lugares e a referir que se verifica adequado
enquadramento orçamental, em observância ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 54-
A/99, de 22 de fevereiro e a existência de fundos disponíveis em montante suficiente,
apurados em conformidade com a Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugada com o
Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, circunstâncias que permitem a assunção da
despesa resultante do protocolo em apreço
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR, DE
CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA ALÍNEA U), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º, DO
ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, OS TERMOS DO PROTOCOLO
PROPOSTO, CONSTANTE DO ANEXO VI DA PRESENTE ATA







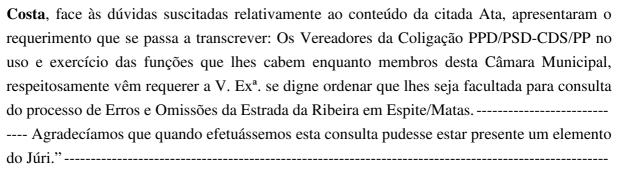




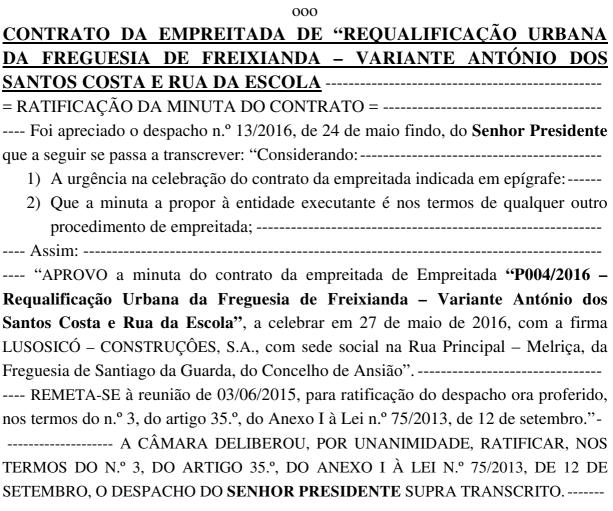
VERBA DE 2.279,00 EUROS, NOS TERMOS DA ALÍNEA O), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. ------

		OOXX	XOO			
		000				
<u>REMODELAÇÃO</u>						DO
CONCELHO						
= CONTA FINAL =						
Foi apresentada a co	onta fin	nal referente à	empreitada indi	cada em	epígrafe, de	que é
adjudicatária a firma No	rtejuv	ril – Sociedad	e de Construçõ	es, Limi	tada, com se	ede na
Rua de Robim, da Fre	guesia	de Real, do	Concelho de A	Marante	, instruída o	com a
informação n.º 154/16,	, datad	la de 18 de	maio findo, da	Contra	atação Púb	lica e
Aprovisionamento, a o	dar cor	nta de que aq	juela firma não	procede	u à devoluç	ção da
declaração de aceitação	da re	eferida conta	dentro do prazo	estipula	ado para o	efeito,
salientando que, decorri	dos 15	dias, de acor	do com o n.º 4,	do artigo	401.°, do C	Código
dos Contratos Públicos,	a mesr	ma considera-s	se aceite			
A CÂM						
		OOXX	XOO			
		000	0			
REABILITAÇÃO D	O CA	MINHO M	UNICIPAL M	IATAS	– ESPITE	-2. <sup>a</sup>
FASE						
= 1. ANÁLISE DOS PE	EDIDO	S DE ESCLA	RECIMENTOS	=		
Relativamente à er	mpreita	ada designada	em epígrafe,	a Contra	atação Púb	lica e
Aprovisionamento, atr	avés c	da sua inforn	nação n.º 156/1	6, de 2	0 de maio	findo,
anexou, para conhecim	iento,	a Ata, datada	a de 18 desse	mesmo	mês, do <b>J</b> ú	<b>íri</b> do
procedimento, referente	às res	postas e escla	recimentos pres	stados no	âmbito da	citada
empreitada		- 				
A CÂM	IARA T	TOMOU CONI	HECIMENTO			
= 2. ANÁLISE DOS ER	ROS I	E OMISSÕES	=			
Ainda sobre a empr	eitada	mencionada e	em título, foi ap	resentada	a a informaç	ção n.º
169/16, de 31 de maio f	indo, d	la <mark>Contrataçã</mark>	io Pública e Ap	rovision	<b>amento</b> , a a	nexar,
para conhecimento, a	Ata,	datada de 2	7 também de	maio fii	ndo, do <b>Jú</b>	iri do
procedimento, reportada	a à anál	lise de erros e	omissões			
A CÂM						
Os Senhores Vereado	ores Lu	ıís Miguel Maı	rques Grossinho	Coutinh	o de Albuqu	erque,
José Manuel Dias Poça						





ooxxxoo



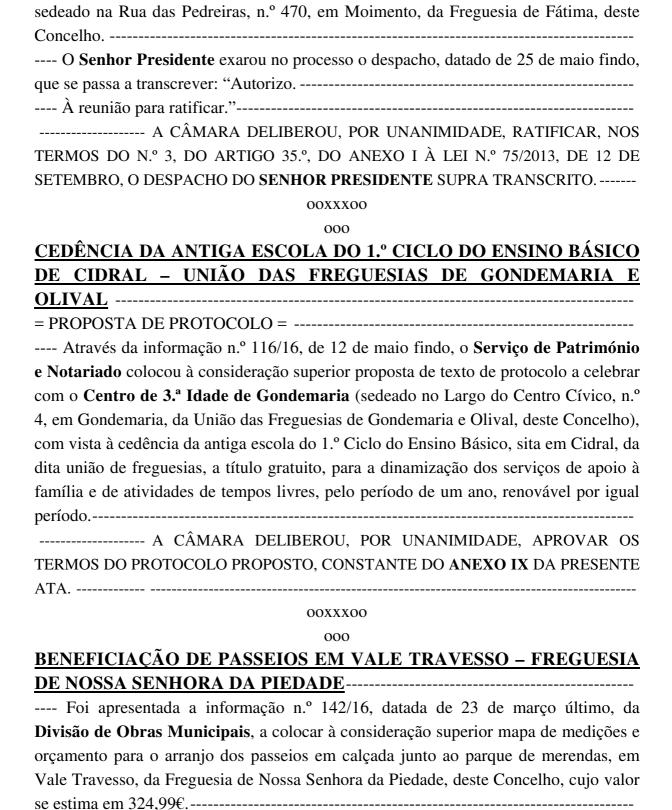
ooxxxoo

000

#### <u>CENTRO DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE FÁTIMA – CRIF</u>--

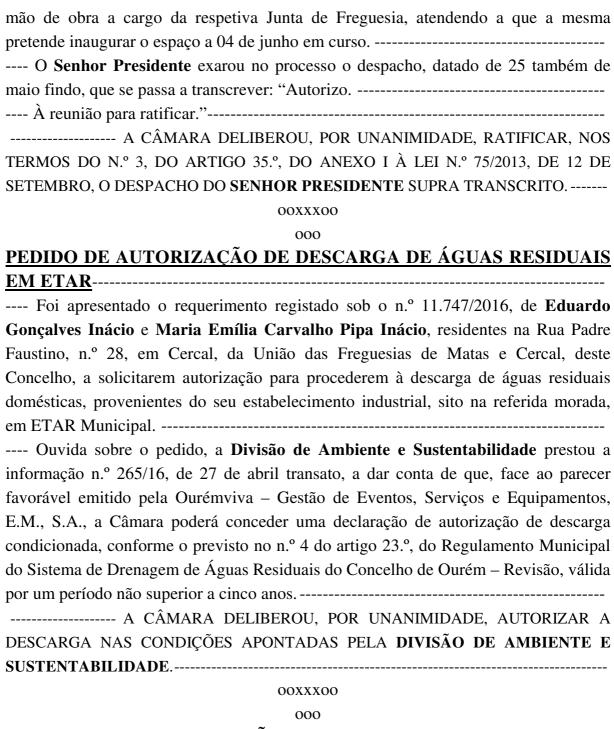
= DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO = -----

---- Foi apresentada a informação n.º 120/16, de 25 de maio findo, do **Serviço de Património e Notariado** a deixar à consideração superior a doação do mobiliário constante da lista que anexa à presente informação, à instituição mencionada em título,



---- O **Chefe** daquela divisão, ouvido sobre o assunto, exarou no processo, a informação, datada de 17 do mês findo, a propor o fornecimento do material, ficando a

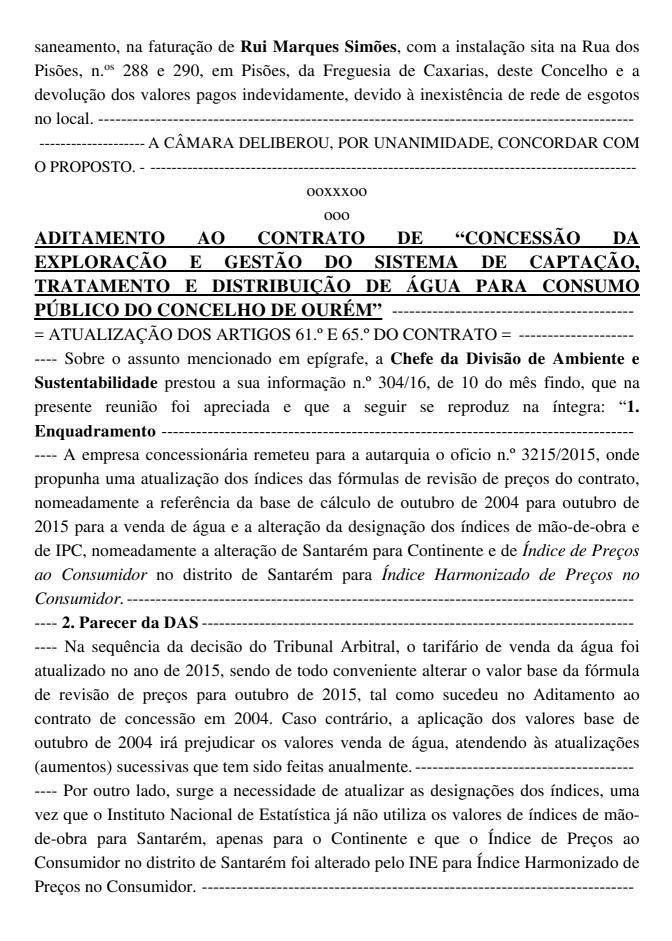




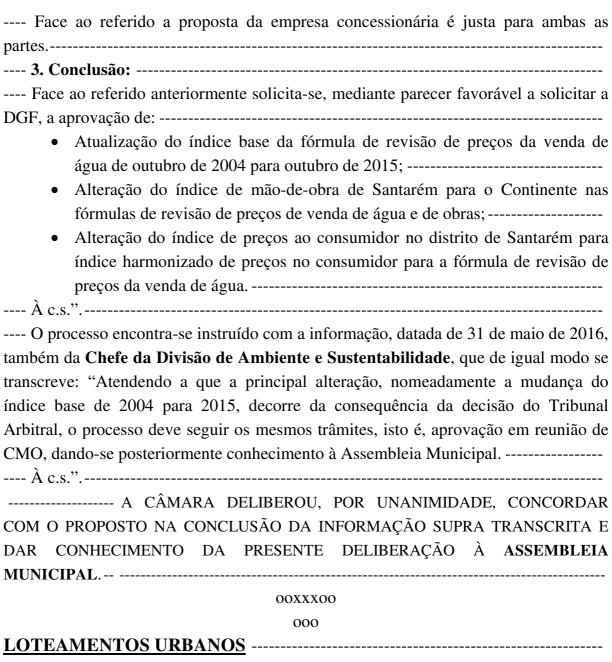
TAXAS DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E SISTEMA DE SANEAMENTO, TARIFA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, TARIFA DE RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RSU'S -- = INEXISTÊNCIA DO SISTEMA (REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS) = ------

---- Foi apresentada a informação n.º 341/16, datada de 27 de maio findo, da **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, a propor a anulação das parcelas relativas ao

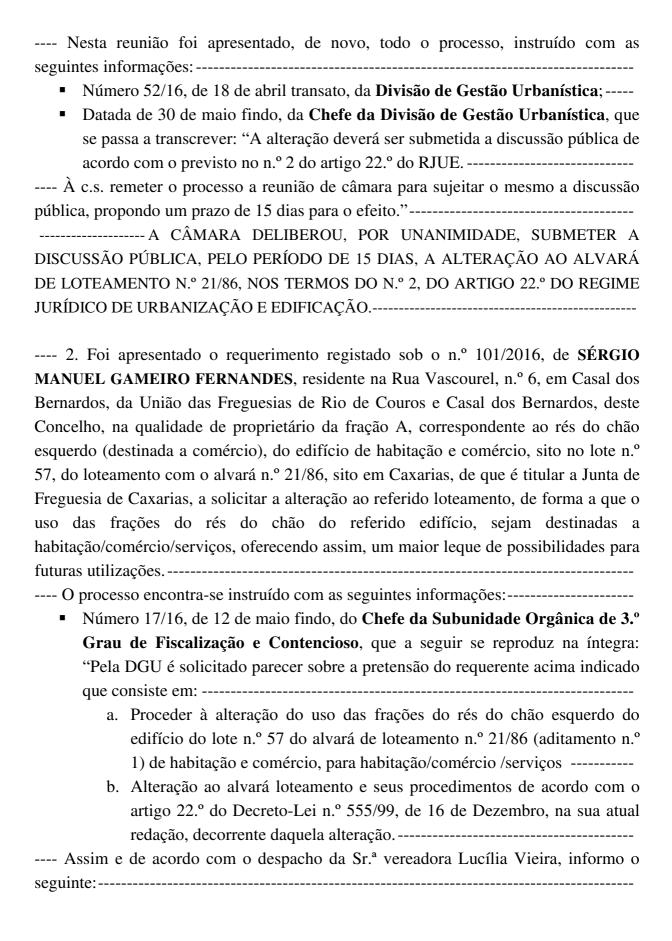




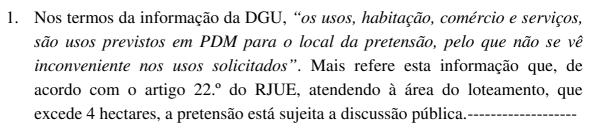






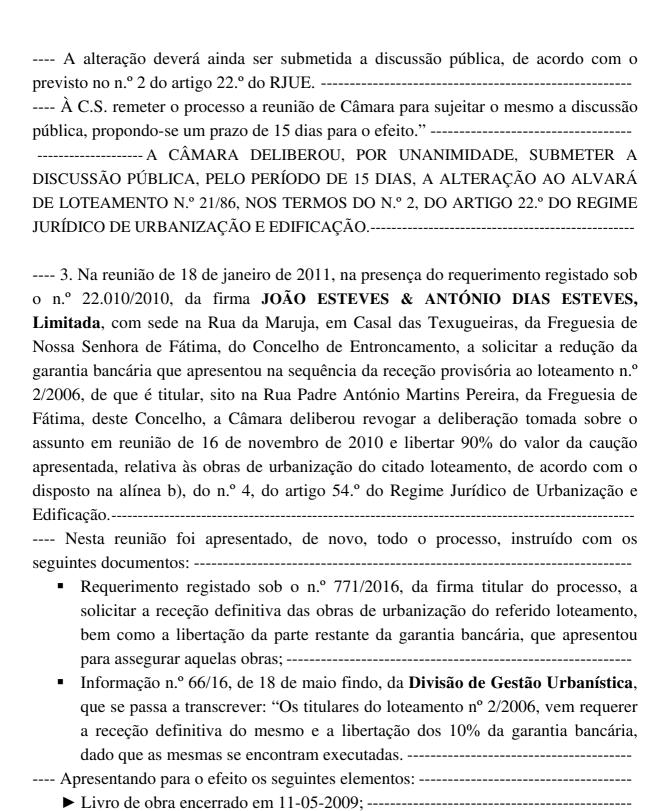






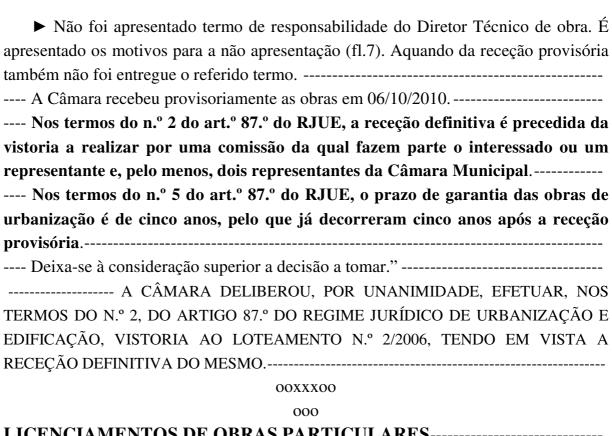
- 2. Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 1422.º do Código civil, a alteração ao uso carece da autorização da assembleia de condóminos, aprovada por maioria representativa de dois terços do valor total do prédio. ------
- 3. Foi junta ata da assembleia de condóminos a aprovar a alteração do loteamento em termos genéricos, representativa daquele valor, sem contudo especificar a autorização para a alteração do uso das frações.------
- 5. Na descrição predial a fração (res do chão esquerdo) é destinada a comércio e serviços. -----
- ---- A alteração ao alvará deverá posteriormente ser submetida a discussão pública, de acordo com o previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99.";------
  - Número 180/16, de 20 também de maio findo, da Divisão de Gestão Urbanística, a colocar à consideração superior a informação jurídica supra transcrita;
  - Datada de 23 desse mesmo mês, da **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, que igualmente se transcreve: "O requerente deverá proceder à retificação da ata conforme proposto na conclusão do parecer jurídico.-----





Receção definitiva por parte das seguintes entidades: EDP (fl.2); PT (fl.4). --- Por parte do gás foi apresentado um certificado de inspeção digitalizado (fl.5).-



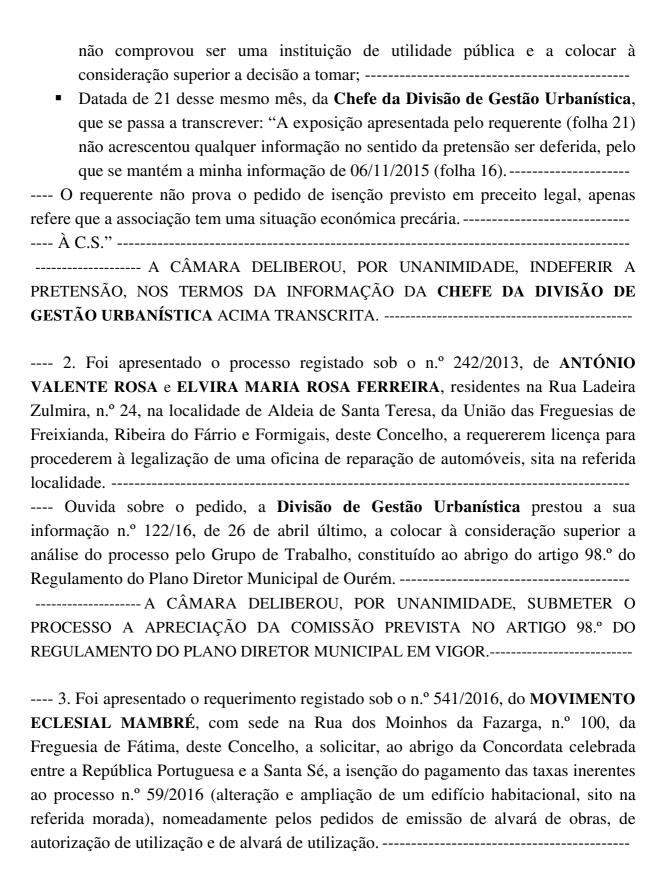


#### LICENCIAMENTOS DE OBRAS PARTICULARES-----

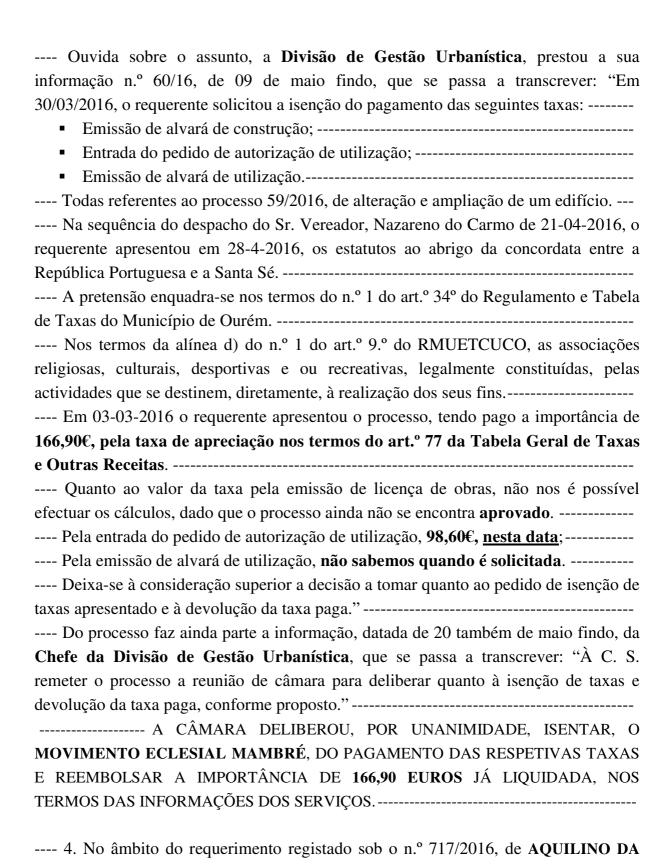
---- Em cumprimento da deliberação supra referida, nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com os seguintes documentos: ------

- Requerimento registado sob o n.º 728/2016, do MOTO CLUB RIOPIRATA Clube Motard de Rio de Couros, a solicitar, de novo, a isenção das referidas taxas;
- Informação n.º 62/16, de 10 de maio findo, da **Divisão de Gestão Urbanística**, a dar conta de que o *MOTO CLUB RIOPIRATA Clube Motard de Rio de Couros*,



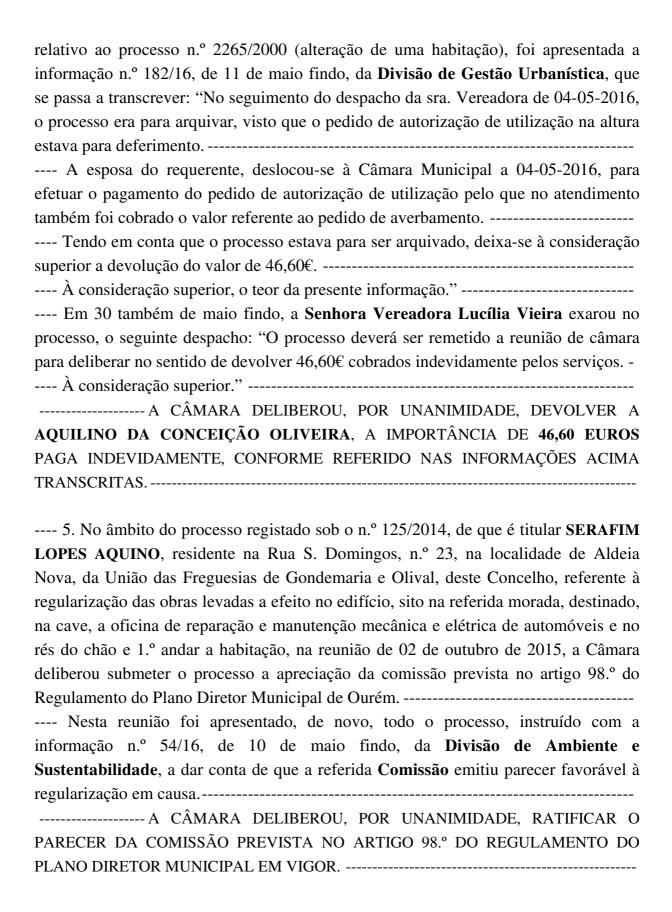




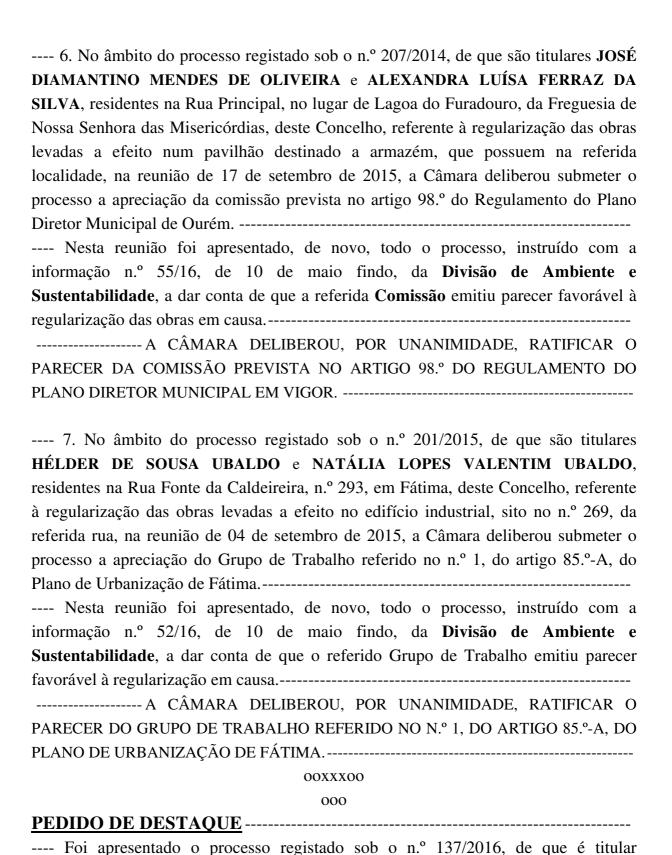


**CONCEIÇÃO OLIVEIRA**, residente na Rua da Capela, n.º 440, em Cumeeira, da Freguesia de Espite, deste Concelho, a requerer a substituição do Diretor de Obra,



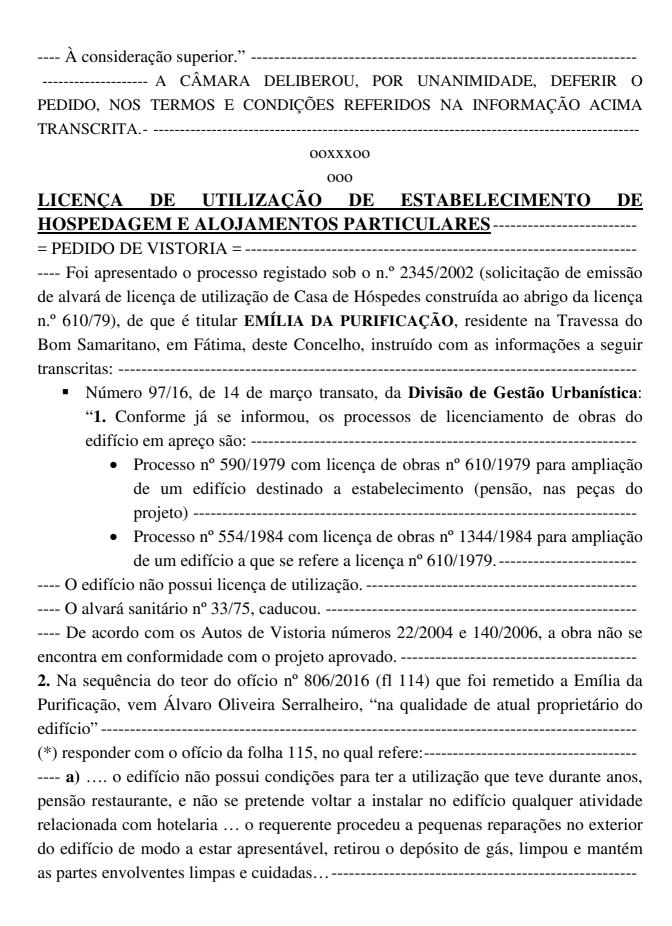






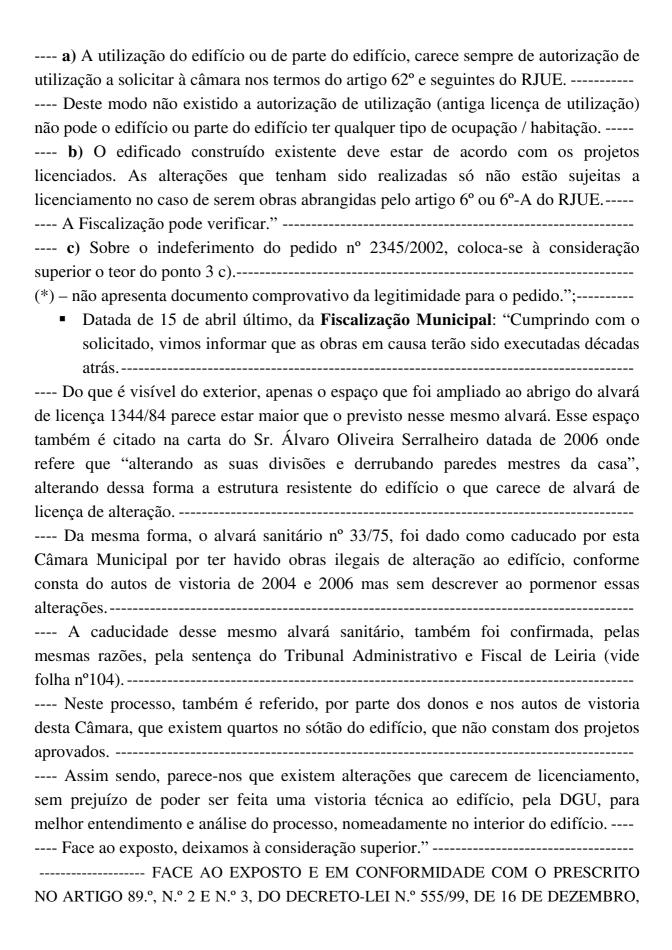
**ANTÓNIO DIAS FERREIRA**, residente na Rua das Laranjeiras, n.º 5, na localidade de Chã, da Freguesia de Caxarias, deste Concelho, a solicitar, que do prédio urbano, sito

na referida morada, descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 774 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 1909, seja destacada uma parcela de terreno, com a área de 2.444 m<sup>2</sup>, ficando a confrontar a norte com Maria Clementina Lopes de Sampaio Rio, a sul com António Dias Ferreira, a nascente com herdeiros de Alfredo Teles de Sampaio Rio e a poente com estrada. --------- O processo encontra-se instruído com a informação n.º 144/16, de 05 de maio findo, da Divisão de Gestão Urbanística, que se passa a transcrever: "1. Da ---- O pedido é relativo a um destaque situado na rua da Laranjeiras, freguesia de Caxarias, dentro de perímetro urbano, do qual resultam duas parcelas: --------- Parcela a destacar: 2 444.00 m2--------- Parcela sobrante: 2 556.00 m2. --------- 2 . Do Plano Director Municipal de Ourém (PDMO): --------- De acordo com as plantas entregues pelo requerente e a informação prestada pelo SIG, nos termos do PDMO, a parcela localiza-se nas seguintes classes de Espaços: -------- Espaço Urbano de Nível 2 - 1437.636 m2;--------- Espaço Urbanizavel de Baixa Densidade – 2 789.034 m<sup>2</sup> --------- Equipamento Isolado Proposto – 773.995 m2.-------- A área que se encontra em Equipamento Isolado Proposto, sobrepõe-se com o terreno destinado ao Campo de Golfe e está abrangida por Reserva Ecológica Nacional - área com risco de erosão. --------- Na parcela sobrante está licenciada uma moradia com alvará de licença de obras nº 1320/1997. --------- Outras construções que eventualmente sejam solicitadas a erigir nas parcelas não podem afetar a área da Reserva Ecológica Nacional.--------- 3. Do DL 555/99, de 16/12 (RJUE): --------- A operação de destaque enquadra-se no nº 4 do artigo 6º do RJUE, dado que as duas parcelas resultantes do destaque, confrontam com arruamento público. ---------- 4. Conclusão: ---------- Face ao exposto, não se vê inconveniente no pedido, condicionado ao disposto no n.º 6 e n.º 7 do art.6º do RJUE, designadamente: -----• Na área correspondente ao prédio originário, não é permitido efectuar novo destaque, por um prazo de dez anos contados da data do presente destaque; ------• O ónus do não fraccionamento deve ser inscrito no registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, sem o que não pode ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas. -----

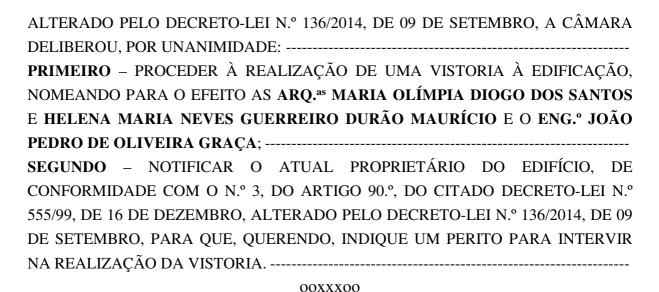


<b>b)</b> o requerente, pensa a médio prazo, quando a crise imobiliária for
ultrapassada, avançar com um projeto habitacional para o local
c) pede, que seja dado sem efeito o requerimento nº 2345/2002
<b>3.</b> Face ao exposto, e atendendo aos antecedentes, informa-se:
a) Relativamente à utilização do edifício, o requerente informa que não pretende
instalar qualquer atividade relacionada com a hotelaria
Contudo, sem a autorização de utilização, <u>o edifício ou parte do edifício, não pode</u>
ter qualquer tipo de utilização, seja turística ou de outro tipo
A utilização do edifício ou de parte do edifício, carece de autorização de utilização
nos termos do artigo 62° e seguintes do RJUE, e se o edifício for ocupado sem a
devida autorização de utilização fica sujeito ao disposto na alínea d) do nº 1 do artigo
98° do RJUE (contraordenação)
b) Relativamente às obras realizadas em desacordo com o projeto aprovado, c
requerente foi notificado no ofício da folha 114, a apresentar pedido de licenciamento
nos termos do RJUE, o que não é feito
As referidas obras não estão identificadas nos autos de vistoria números 22/2004 e
140/2006, dado que são autos de vistorias que apenas se debruçam sobre a componente
de utilização e de questões sanitárias
Face ao RJUE atualmente em vigor, poderão essas obras estar isentas de controlo
prévio, no caso de serem obras abrangidas pelo artigo 6º ou 6º-A do RJUE. C
requerente nada refere sobre este aspeto
Para avaliar esta questão poderá ordenar-se uma vistoria ao edifício para
verificação, ou solicitar-se uma informação à fiscalização
c) Relativamente à pretensão do requerente, "que seja dado sem efeito o
requerimento nº 2345/2002", informa-se que este requerimento está em nome de
Emília da Purificação, e é respeitante ao pedido de licença de utilização de
estabelecimentos de hospedagem e alojamentos particulares, pedido que não tem
condições para ser aceite, como consta nas informações e nos autos de vistoria
antecedentes
A requerente, Emília da Purificação, foi já notificada no ofício da folha 114, da
intenção de indeferir o pedido formulado com o requerimento nº 2345/2002, contudo
quem vem pronunciar-se é António Oliveira Serralheiro
4. Conclusão:
À consideração superior o entendimento acima exposto sobre o pedido do
requerente
Salvo melhor entendimento poderá concluir-se:









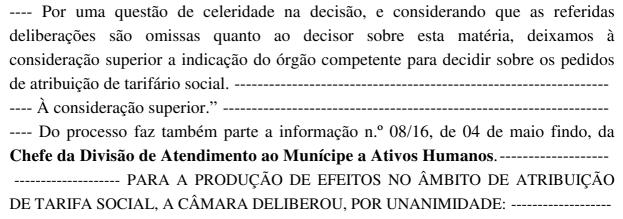
000

#### TARIFÁRIO DE VENDA DE ÁGUA-----

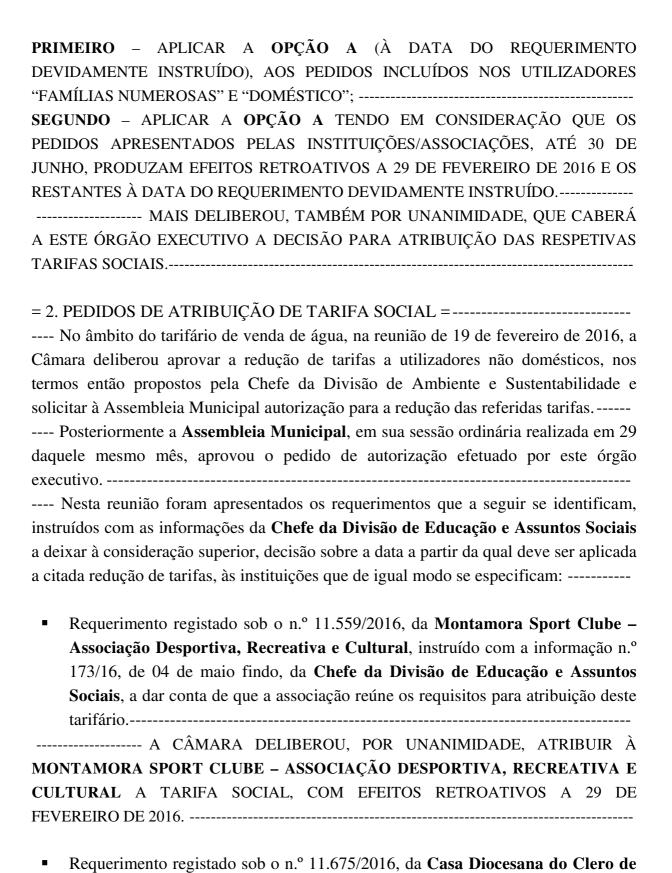
Tipo de Utilizador	Benefícios	Critério de Atribuição	Proposta para Produção de Efeitos
Famílias Numerosas	Redução em 33,33% do valor da tarifa variável de água, para famílias numerosas, nos termos do n.º 1, do artigo 35.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, numa das seguintes circunstâncias:  - Para cinco elementos: mais 3m3 faturados no 1.º escalão (de 0 a 8m3);  - Para seis ou mais elementos: mais 6m3 faturados no 1.º escalão (de 0 a 11m3).	Utilizador Doméstico cuja composição do agregado familiar ultrapasse quatro elementos (todos os residentes com domicílio fiscal na habitação servida).	Opção A: À data do requerimento devidamente instruído.  Opção B: À data da decisão.
Utilizador Doméstico	Isenção da tarifa de disponibilidade, conforme estabelecido no n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, considerando a carência económica;	Utilizador doméstico numa situação de carência económica comprovada pelo sistema de segurança social, isto é, o benefício de pelo menos uma das	Opção A: À data do requerimento devidamente instruído.  Opção B: À data da decisão.



	T		
	Redução em 33,33% do valor da tarifa variável de água, que consiste no alargamento do 1.º escalão (de 0 a 15m3), para utilizadores domésticos sociais, conforme estabelecido no n.º 1 artigo 35.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém.	seguintes prestações sociais:  Complemento Solidário de Idosos; Rendimento Social de Inserção; Subsídio Social de Desemprego; 1.° Escalão do Abono de Família; Pensão Social de Invalidez.	
Utilizadores Não Domésticos	Redução em 50% do valor da tarifa variável de água, para pessoas coletivas de declarada utilidade pública, que corresponde à aplicação do segundo escalão dos consumidores domésticos.  Redução em 50% do valor da tarifa de disponibilidade para contadores de calibre menor ou igual a 20 mm, que corresponde à aplicação a utilizadores domésticos, desde que a disponibilidade do serviço seja equivalente.	Pessoas coletivas de declarada utilidade pública; Associações legalmente constituídas sem fins lucrativos.	Opção A Instituições/associações que requeiram o benefício até 31 de maio, propõe-se que a produção de efeitos se reporta a 29 de fevereiro. A partir de junho, propõe-se que a produção de efeitos se reporta à data do requerimento devidamente instruído.  Opção B Instituições/associações que requeiram o benefício propõe-se que a produção de efeitos se reporte sempre a 29 de fevereiro.  Opção C Instituições/associações que requeiram o benefício propõe-se que a produção de efeitos se reporte à data do requerimento devidamente instruído.  Opção D Instituições/associações que requeiram o benefício propõe-se que a produção de efeitos se reporte à data do requerimento devidamente instruído.

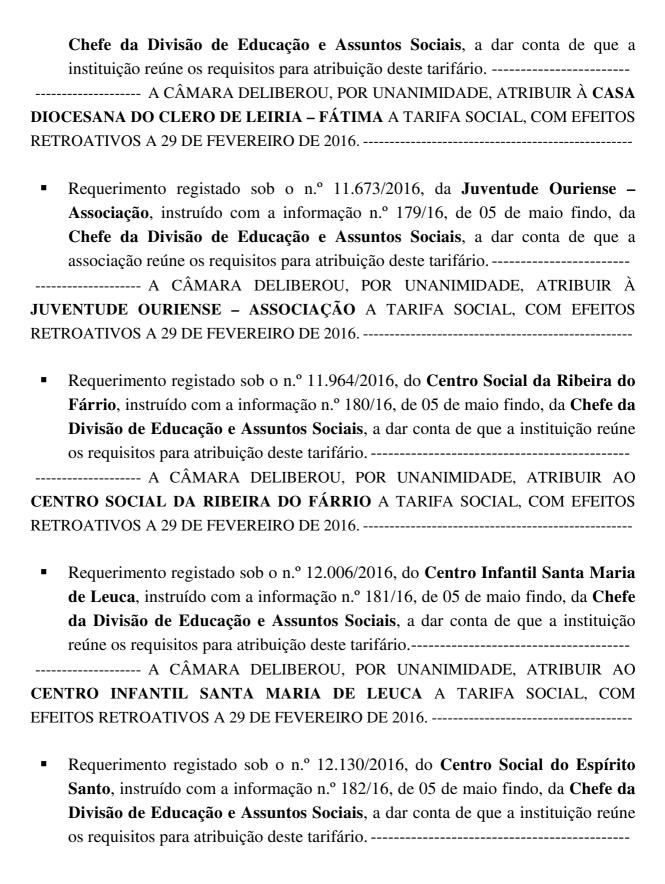




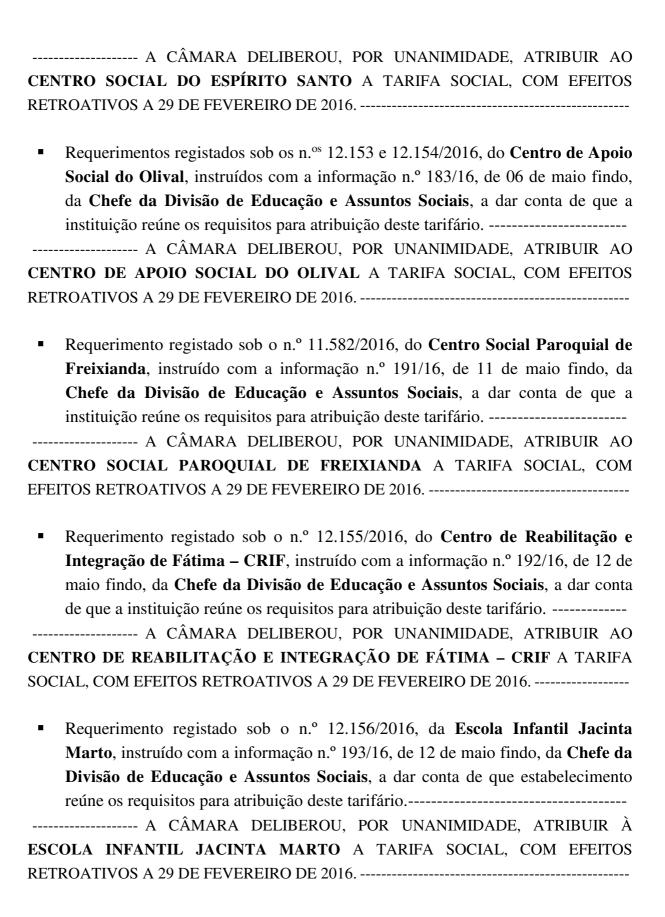


Leiria – Fátima, instruído com a informação n.º 174/16, de 04 de maio findo, da

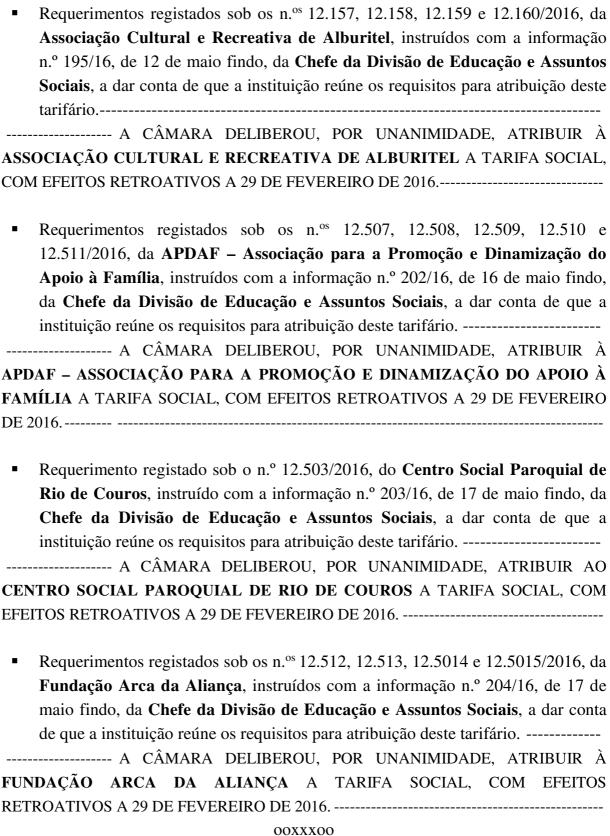














#### CENTRO DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE FÁTIMA - CRIF --= PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA = --------- Foi apresentada a informação n.º 230/16, de 31 de maio findo, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais, que a seguir se reproduz na íntegra, também subscrita pelo Chefe da Divisão de Gestão Financeira: "1. Enquadramento ----- Conforme solicitado superiormente preparámos o processo com vista à celebração do Contrato-Programa com o Centro de Reabilitação e Integração de Fátima, instituição particular de solidariedade social existente na área territorial do Município de Ourém. --------- 2. Metodologia ---------- Do ponto de vista metodológico efetuou-se a recolha de informação interna e tomou-se em consideração o pedido da instituição.--------- Entendeu-se estruturar o documento com a seguinte lógica: -----• Proposta de contrato-programa; -----• Documentação Processual (estatutos da instituição e comprovativo de que é uma instituição particular de solidariedade social, última ata que da posse aos atuais corpos gerentes, bilhete de identidade do elemento que irá assinar o contrato, cartão de pessoa coletiva da instituição, declaração de autorização da consulta da situação contributiva e fiscal da instituição, bem como documento comprovativo de «não dívida» à segurança social e ao serviço de finanças, comprovativo de IBAN). --------- 3. Comparticipação do Município --------- Em termos de síntese a comparticipação do Município corresponderá a 100% do montante utilizado para a concretização do objeto do Contrato-Programa – Projeto Educativo, criação do Espaço Ludoteca, demais serviços educativos e sociais complementares, designadamente: -----Comparticipação Instituição Tipologia das respostas sociais do Município

---- 4. Parâmetros financeiros ------

8.836,70€

Centro de Reabilitação e

Integração de Fátima - CRIF

Espaço Ludoteca, demais serviços

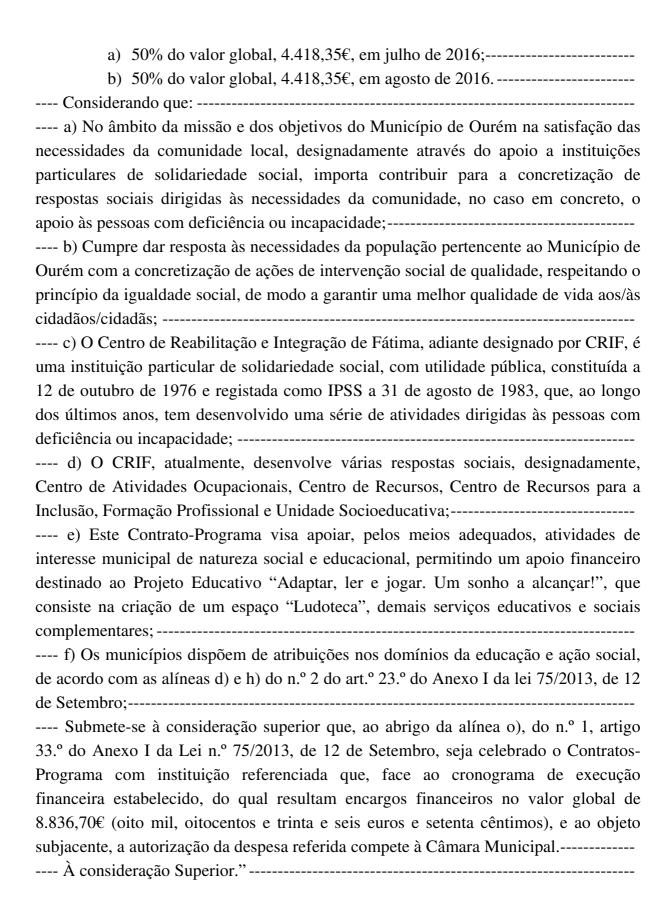
sociais

educativos

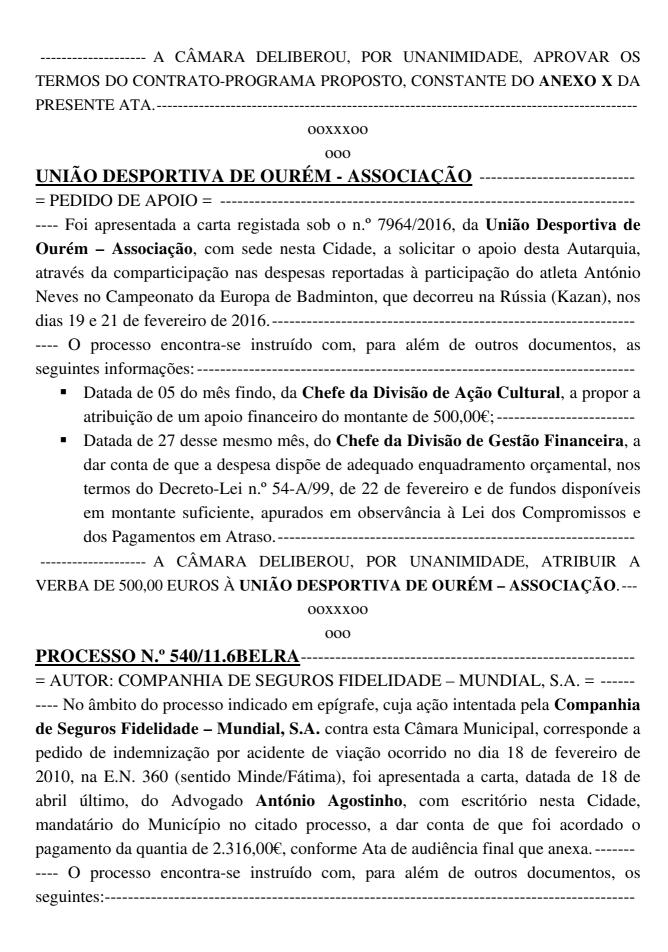
complementares.

---- A despesa em referência dispõe de adequado enquadramento orçamental nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e de fundos disponíveis em montante suficiente apurados em observância à LCPA. A competência para aprovação desta despesa é do órgão executivo devendo estabelecer-se o seguinte cronograma:----

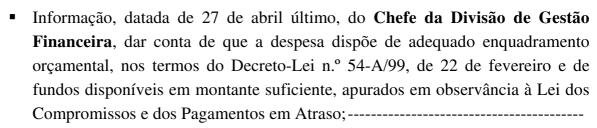












- Informação, datada de 19 de maio findo, também do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, a propor a ratificação do pagamento da despesa em referência, pelo órgão executivo;------
- Despacho, datado de 27 também de maio findo, do **Senhor Presidente**, que se passa a transcrever: "À reunião para ratificar". ------

----- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ARTIGO 35.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, O DESPACHO DO **SENHOR PRESIDENTE** SUPRA TRANSCRITO. ------

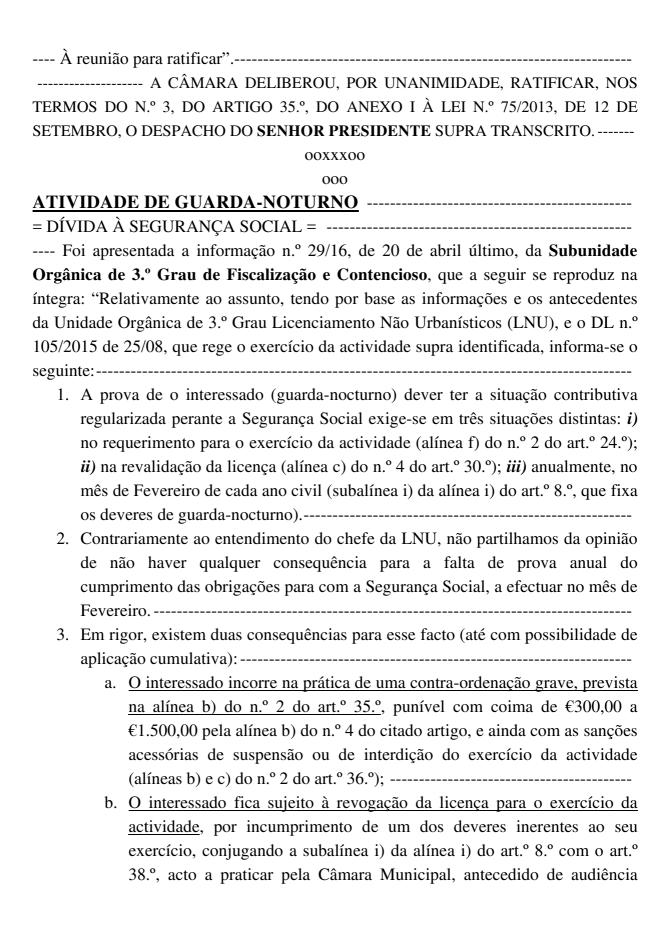
ooxxxoo

000

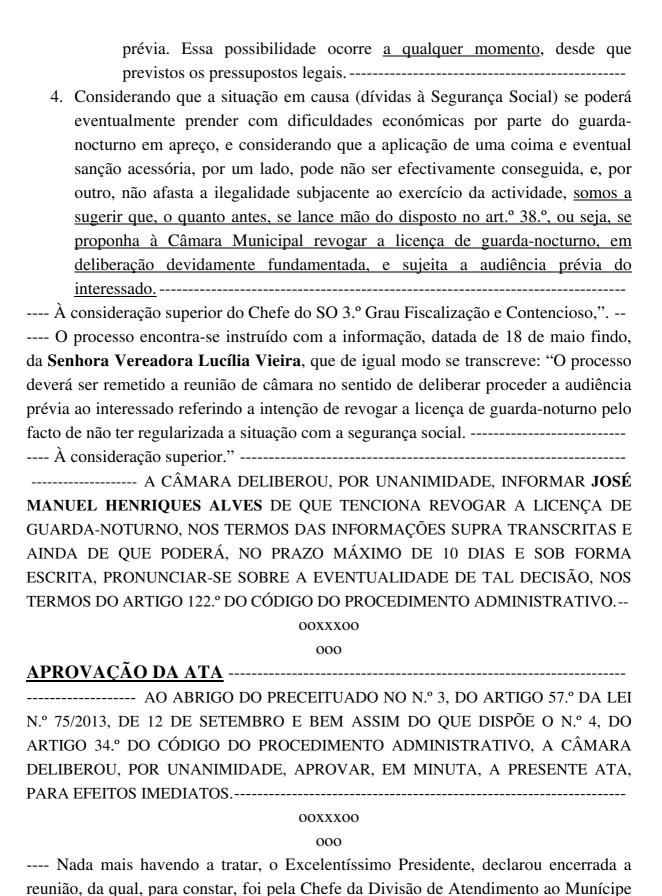
#### <u>PROCESSO N.º 1034/13.0BELRA</u> -----

- Despacho, datado de 25 também de maio findo, do Senhor Presidente, que se passa a transcrever: "Aprovado.------

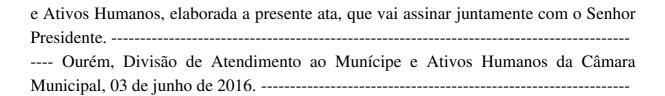












#### O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS,



# ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 03/06/2016

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

#### 1. PRESIDÊNCIA

= Festas de Ourém 2016 – Distinções honoríficas.

#### 1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

#### 1.2. SERVICO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
  - 1. Carta registada sob o n.º 13.389/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Albertino Lopes Gonçalves;
  - 2. Carta registada sob o n.º 13.390/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Manoel Mangas Pereira;
  - 3. Carta registada sob o n.º 14.787/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Maria Madalena Lopes Braçal Mangin;
  - 4. Carta registada sob o n.º 14.936/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido da firma Pedrosa & Irmãos, Limitada.

## 2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

#### 2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

= Ampliação do número de compartes – Requerimento registado sob o n.º 14.549/2016, de Isaías Ferreira Filipe e Adília Maria Rodrigues Gaspar, sobre prédio sito em Ninho de Águia – União das Freguesias de Matas e Cercal.

#### 3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Doação de viaturas municipais à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo Informação n.º 45/16, de 09 de maio, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Propostas de protocolos de atribuição de apoios financeiros:
  - 1. Freguesia de Nossa Senhora da Piedade Reabilitação de fontanário sito em Pinheiro Informação n.º 43/16, datada de 09 de maio, do Chefe da DGF;
  - 2. Freguesia de Seiça Construção de Casa Museu e Multiusos Informação n.º 44/16, de 09 de maio, do Chefe da DGF;
  - 3. Conservatório de Música de Ourém Associação Aquisição de uma viatura de 09 lugares Informação n.º 50/16, de 27 de maio, do Chefe da DGF;
  - 4. Implantação de relvados sintéticos Informação n.º 55/16, de 30 de maio, do Chefe da DGF;
  - 5. Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ourém;



= Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém – Atribuição de apoio financeiro – Informação n.º 51/16, de 27 de maio, do Chefe da DGF.

#### 3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Remodelação do antigo edifício dos Paços do Concelho Conta final;
- = Reabilitação do Caminho Municipal Matas Espite 2.ª fase:
  - 1. Análise dos pedidos de esclarecimentos Ata, datada de 18 de maio de 2016, do Júri;
  - 2. Análise dos erros e omissões Ata, datada de 27 de maio de 2016, do Júri.

#### 3.2. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

- = Contrato da empreitada de "Requalificação urbana da Freguesia de Freixianda Variante António dos Santos Costa e Rua da Escola" Ratificação da minuta do contrato;
- = Centro de Reabilitação e Integração de Fátima CRIF Doação de mobiliário Informação n.º 120/16, de 25 de maio, do Serviço de Património e Notariado (SPN);
- = Cedência da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Cidral União das Freguesias de Gondemaria e Olival Proposta de protocolo Informação n.º 116/16, datada de 12 de maio, do SPN.

#### 4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

= Beneficiação de passeio em Vale Travesso – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Informação n.º 142/16, de 23 de março transato, da Divisão de Obras Municipais.

#### 5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Pedido de autorização de descarga de águas residuais em ETAR Requerimento registado sob o n.º 11.747/2016, de Eduardo Gonçalves Inácio e Maria Emília Carvalho Pipa Inácio;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos) Informação n.º 341/16, de 27 de maio, da Chefe Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
- = Aditamento ao Contrato de "Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público do Concelho de Ourém" Atualização dos artigos 61.º e 65.º do contrato Ofício n.º 3215, de 19 de novembro de 2015, da Be Water, S.A..

#### 6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Loteamentos Urbanos:
  - 1. Requerimento registado sob o n.º 2116/2011, de Feliciano Marques António e Maria de Fátima Gonçalves Marques, instruído com a informação, datada de 30 de maio de 2016, da Chefe da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
  - 2. Processo n.º 101/2016, de Sérgio Manuel Gameiro Fernandes, instruído com a informação n.º 180/16, de 20 de maio, da DGU;
  - 3. Requerimento registado sob o n.º 771/2016, da firma João Esteves & António Dias Esteves, Limitada, instruído com a informação n.º 66/16, de 18 de maio, da DGU;
- = Licenciamentos de obras particulares:
  - 1. Requerimento registado sob o n.º 1056/2015, do Moto Club Riopirata Clube Motard de Rio de Couros, instruído com a informação n.º 62/16, de 10 de maio, da DGU;
  - 2. Processo n.º 242/2013, de António Valente Rosa e Elvira Maria Rosa Ferreira, instruído com a informação n.º 122/16, de 24 de abril transato, da DGU;



- 3. Requerimento registado sob o n.º 541/2016, do Movimento Eclesial Mambré, instruído com a informação n.º 60/16, de 09 de maio, da DGU;
- 4. Requerimento registado sob o n.º 717/2016, de Aquilino da Conceição Oliveira, instruído com a informação n.º 182/16, de 11 de maio, da DGU;
- 5. Processo n.º 125/2014, de Serafim Lopes Aquino, instruído com a informação 54/16, de 10 de maio, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
- 6. Processo n.º 207/2014, de José Diamantino Mendes de Oliveira e Alexandra Luísa Ferraz da Silva, instruído com a informação 55/16, de 10 de maio, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
- 7. Processo n.º 201/2015, de Hélder de Sousa Ubaldo e Natália Lopes Valentim Ubaldo, instruído com a informação 52/16, de 10 de maio, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
- = Pedido de destaque Processo registado sob o n.º 137/2016, de António Dias Ferreira, instruído com a informação n.º 144/16, de 05 de maio, da DGU;
- = Licença de utilização de estabelecimentos de Hospedagem e Alojamentos Particulares Pedido de vistoria Processo n.º 2345/2002, de Emília da Purificação, instruído com a informação n.º 97/16, de 14 de março último, da DGU.

#### 7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Tarifário de venda de água:
  - 2. Proposta de produção de efeitos e delegação de competências para atribuição de tarifa social Informação n.º 165/16, de 29 de abril de 2016, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
  - 3. Pedidos de atribuição de tarifa social:
    - Requerimento registado sob o n.º 11.559/2016, da Montamora Sport Clube Associação Desportiva, Recreativa e Cultural, instruído com a informação n.º 173/16, de 04 de maio, da Chefe da DEAS;
    - Requerimento registado sob o n.º 11.675/2016, da Casa Diocesana do Clero de Leiria – Fátima, instruído com a informação n.º 174/16, de 04 de maio, da Chefe da DEAS;
    - Requerimento registado sob o n.º 11.673/2016, da Juventude Ouriense Associação, instruído com a informação n.º 179/16, de 05 de maio, da Chefe da DEAS;
    - Requerimento registado sob o n.º 11.964/2016, do Centro Social da Ribeira do Fárrio, instruído com a informação n.º 180/16, de 05 de maio, da Chefe da DEAS:
    - Requerimento registado sob o n.º 12.006/2016, do Centro Infantil Santa Maria de Leuca, instruído com a informação n.º 181/16, de 05 de maio, da Chefe da DEAS:
    - Requerimento registado sob o n.º 12.130/2016, do Centro Social do Espírito Santo, instruído com a informação n.º 182/16, de 05 de maio, da Chefe da DEAS:
    - Requerimentos registados sob os n.ºs 12.153 e 12.154/2016, do Centro de Apoio Social do Olival, instruídos com a informação n.º 183/16, de 06 de maio, da Chefe da DEAS;
    - Requerimento registado sob o n.º 11.582/2016, do Centro Social Paroquial de Freixianda, instruído com a informação n.º 191/16, de 11 de maio, da Chefe da DEAS;



- Requerimento registado sob o n.º 12.155/2016, do Centro de Reabilitação e Integração de Fátima – CRIF, instruído com a informação n.º 192/16, de 12 de maio, da Chefe da DEAS;
- Requerimento registado sob o n.º 12.156/2016, da Escola Infantil Jacinta Marto, instruído com a informação n.º 193/16, de 12 de maio, da Chefe da DEAS:
- Requerimentos registados sob o n.ºs 12.157, 12.158, 12.159 e 12.160/2016, da Associação Cultural e Recreativa de Alburitel, instruídos com a informação n.º 195/16, de 12 de maio, da Chefe da DEAS;
- Requerimentos registados sob o n.ºs 12.507, 12.508, 12.509, 12.510 e 12.511/2016, da APDAF Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família, instruídos com a informação n.º 202/16, de 16 de maio, da Chefe da DEAS;
- Requerimento registado sob o n.º 12.503/2016, do Centro Social Paroquial de Rio de Couros, instruído com a informação n.º 203/16, de 17 de maio, da Chefe da DEAS;
- Requerimentos registados sob o n.ºs 12.512, 12.5012, 12.5014 e 12.5015/2016, da Fundação Arca da Aliança, instruídos com a informação n.º 204/16, de 17 de maio, da Chefe da DEAS;
- = Centro de Reabilitação e Integração de Fátima CRIF Proposta de contrato-programa de comparticipação financeira Informação n.º 230/16, datada de 31 de maio, da Chefe da DEAS, também subscrita pelo Chefe da Divisão de Gestão Financeira.

#### 8. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

= União Desportiva de Ourém - Associação - Pedido de apoio - Carta registada sob o n.º 7964/2016, da referida associação.

# 9. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Processo n.º 540/11.6BELRA Autor: Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A. Carta, datada de 18 de abril de 2016, do Advogado António Agostinho;
- = Processo n.º 1034/13.0BELRA Autor: Companhia de Seguros Zurich Insurance Public Limited Company Carta enviada por correio eletrónico no dia 16 de março de 2016, da Sociedade de Advogados Lorena de Sèves & Associados;
- = Atividade de guarda-noturno Dívida à Segurança Social Informação n.º 29/16, de 20 de abril de 2016, da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso.

Câmara Municipal de Ourém, 31 de maio de 2016 O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



### **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 20-05-2016 a 02-06-2016

Processo nº	Requerente	Local
492/2016	António de Sousa Lopes	Rua Principal - Outeiro das Matas - freguesia de Nª.Srª.Misericórdias
799/2016	Apyacar – Inspecções de Veículos, SA	Estrada da Oliveirinha – n.º 236 - Casal dos Crespos – freguesia de Nª.Srª.da Piedade
781/2016	Fernanda Alves Almeida Cunha	Rua dos Bacelos – nº 10 – Peras Ruivas – freguesia de Seiça
851/2016	João Pedro Sousa Alves	Rua 25 de Abril – Ourém – freguesia de Nª. Sr.ª. da Piedade
765/2016	Luís Miguel Almeida Antunes	Estrada Real – n.º 19 – Perucha – Unia das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
592/2016	Paula Maria Reis Sousa	Carregal – Ourém – freguesia de Nª. Sr.ª. da Piedade

Ourém, 03 de Junho de 2016

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



#### DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 20/05/2016 a 02/06/2016

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
14038	Grupo Motard Bielas Torcidas	Licença de Ruído
14344	Vitória de Sobral, SA	Inspeção de elevador
14343	Vitória do Sobral, SA	Inspeção de elevador
14398	Condomínio Encostas de Fátima, Lote 12, nº 24-Fátima	Inspeção de elevador
14056	Maria Isabel Esteves de Oliveira Santos Soares da Costa	Concessão de terreno para sepultura
25002	Mundifer-Engenharia, Lda.	Publicidade
14467	Manuel Maria de Jesus	Inspeção de elevador
14072	Clube Automóvel da Marinha Grande	Prova desportiva
13191	Dingipeças – Comércio de Peças Automóveis, Lda	MCP - RJACSR
13597	Maria Lucília Santos Antunes da Silva	MCP - RJACSR
13595	Mariana da Silva Lopes	MCP - RJACSR
12900	Adélia da Conceição Fidalgo da Costa Pereira	MCP - RJACSR
12162	Sergiy Isachenko	MCP - RJACSR
12095	Espiga Rubra, Lda	MCP - RJACSR
13197	Simples & Precioso Unipessoal, Lda	MCP - RJACSR
14239	Município da Batalha	Manifestação desportiva
14356	Município de Pombal	Manifestação desportiva
25002	Mundifer-Engenharia, Lda.	Publicidade
984	Enif-Empresa Nortenha de Informação e Formação	Publicidade
14907	Associação Cultural Recreativa de Fontainhas da Serra	Prova desportiva
14744	Liftime, Elevadores, SA	Inspeção de elevadores
15382	Fábrica da Igreja Paroquial do Olival	Licença de Ruído



Ourém, 03 junho de 2016

#### Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



#### **APOIO AO INVESTIMENTO**

# PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE N.º SR.º DA PIEDADE — "REABILITAÇÃO DE FONTANÁRIO SITO EM PINHEIRO"

#### **PREÂMBULO**

#### Considerando que:

- O fontanário em referência está na jurisdição do domínio público da Freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade;
- Os fontanários desempenharam uma importante função económica e social que importa preservar, constituindo-se como espaços privilegiados de socialização nas zonas rurais;
- 3. Os municípios dispõem de atribuições quer no domínio do equipamento rural e urbano, quer na área do património, de acordo com as alíneas a) e e), do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 4. As freguesias dispõem de competências próprias, quer no âmbito do equipamento rural e urbano, quer no que concerne ao abastecimento público, de acordo com as alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 7.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 5. As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.
- 6. Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesais.

Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;



е

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 507 124 316, com sede na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, nº 9 -1º direito em Ourém, representada neste ato pelo Presidente da respetiva Junta de Freguesia, José Ferreira Vieira.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA 1.ª

#### (Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes do investimento na "Reabilitação de Fontenário sito em Picheiro", situado na Freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade, conforme projeto técnico previsto em Anexo – I.

#### CLÁUSULA 2.ª

#### (Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 47.117,25€ (Quarenta e Sete Mil, Cento e Dezassete Euros e Vinte e Cinco Cêntimos), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 2. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- **3.** Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

#### CLÁUSULA 3.ª

#### (Plano de pagamentos)

 O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos estabelecido no Anexo – II, o qual decorrerá de julho de 2016 a janeiro de 2017.



- 3. O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 4. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

5.	O pagame	ento	será	efetu	ıado	por trans	ferênc	ia I	bancária,	para	a a conta	band	cária	da
	Freguesia	de	N.ª	Sr.ª	da	Piedade,	com	0	número	de	identificaç	ão l	bancá	ária
						· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	,		da	е	ntidade	ŀ	bancá	ária
							, c	onf	orme cor	ısta ı	no Anexo -	- III,	que	faz
	parte integ	rante	e do p	reser	nte pr	otocolo.								

#### CLÁUSULA 4.ª

#### (Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);



- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- g) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

#### CLÁUSULA 5.ª

#### (Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

#### CLÁUSULA 6.ª

#### (Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

#### CLÁUSULA 7.ª

#### (Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A execução física da obra será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

#### CLÁUSULA 8.ª

#### (Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.



#### CLÁUSULA 9.ª

#### (Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

#### CLÁUSULA 10.ª

#### (Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

#### CLÁUSULA 11.ª

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

#### CLÁUSULA 12.ª

#### (Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

#### CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)



- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA 14.ª

#### (Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
O presente Protocolo de Colaboração compr	reende <u>7</u> folhas às quais se juntam
olhas respeitantes aos Anexos, que irão ser olha 7, em virtude de conter as assinaturas do	rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da
ona 7, om vinado do como do acomatardo de	incomed.
	de 2016, em dois exemplares de
gual teor e validade, destinando-se cada um c	leles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,

José Ferreira Vieira

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



#### **APOIO AO INVESTIMENTO**

# PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE SEIÇA – "CASA MUSEU E MULTIUSOS DE SEIÇA"

#### **PREÂMBULO**

#### Considerando que:

- A Freguesia de Seiça obteve financiamento comunitário no âmbito da candidatura aprovada ao PRODER (Medida 3.2.1 – Conservação e Valorização do Património Rural).
- 8. O investimento visa a criar uma Casa Museu e Multiusos de Seiça que promova e valorize o património cultural do território sob a jurisdição a Freguesia de Seiça.
- 9. Os municípios dispõem de atribuições quer no domínio do equipamento rural e urbano, quer nos domínios do património, cultura e ciência, de acordo com as alíneas a) e e) do do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 10. As freguesias dispõem de competência próprias, seja no âmbito do equipamento rural e urbano, seja no relativamente nas áreas da cultura, tempos livres e desportos, de acordo com as alíneas a) e d) do n.º 2 do artigo 7.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 11. As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.
- 12. Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesais.

Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;



е

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Freguesia de Seiça, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 507 227 905, com sede na Estrada Nacional 113-1 nº 57 em Seiça, representada neste ato pelo Presidente da respetiva Junta de Freguesia, Custódio Sousa Henriques.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA 1.ª

#### (Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes do investimento na "Casa Museu e Multiusos de Seiçal", situado em Seiça, conforme projeto técnico previsto em Anexo – I.

#### CLÁUSULA 2.ª

#### (Apoio financeiro)

- 4. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 51.042,18€ (Cinquenta e Um Mil, Quarenta e Dois Euros e Dezoito Cêntimos), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 5. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- **6.** Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

#### CLÁUSULA 3.ª

#### (Plano de pagamentos)

- 6. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos estabelecido no Anexo II, o qual decorrerá de julho de 2016 a janeiro de 2017.
- 7. O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.



8.	Nos 30 dia	as subs	seque	ntes à	ocor	rência (	da última	presta	ção, de	verá	o Se	gundo
	Outorgante	efetua	r a	aprese	entaçã	io de	document	tos de	despe	sa e	e resp	etivos
	comprovativ	os de p	oagan	nento e	em mo	ntante i	gual ou sı	uperior a	ao mont	ante	da res	petiva
	prestação,	facto	que,	caso	não	ocorra,	implica	a dev	olução	do	valor	pago
	corresponde	ente à úl	Itima <sub>I</sub>	prestaç	ão.							

9.	O pagament	o será	efetuado	por t	ransferê	ncia ban	cária,	para a conta	bancária da
	Freguesia	de	Seiça,	com	0	número	de	identificação	o bancária
						<u>,</u> C	la	entidade	bancária
						, conform	ne cons	sta no Anexo	- III, que faz
	parte integrar	nte do p	resente pi	rotocol	lo.				

#### CLÁUSULA 4.ª

#### (Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- h) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- i) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- j) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- k) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- I) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- m) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- n) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.



#### CLÁUSULA 5.ª

#### (Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- c) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- d) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

#### CLÁUSULA 6.ª

#### (Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

#### CLÁUSULA 7.ª

#### (Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A obra executada deverá será objecto de fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

#### CLÁUSULA 8.ª

#### (Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

#### CLÁUSULA 9.ª

#### (Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.



2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

#### CLÁUSULA 10.ª

#### (Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

#### CLÁUSULA 11.ª

#### (Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

#### CLÁUSULA 12.ª

#### (Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

#### CLÁUSULA 13.ª

#### (Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.



#### CLÁUSULA DÉCIMA 14.ª

#### (Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:Assembleia Municipal:	
	preende <u>7</u> folhas às quais se juntam er rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da dos mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de igual teor e validade, destinando-se cada um	de 2016, em dois exemplares de deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Custódio Sousa Henriques



#### **APOIO FINANCEIRO**

# PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE OURÉM E FÁTIMA — ASSOCIAÇÃO

#### **PREÂMBULO**

#### Considerando que:

- 13. O Conservatório de Música de Ourém e Fátima Associação, promove a educação artística e a cultura na área do território do Município de Ourém;
- 14. A prossecução do Interesse Público Municipal, igualmente concretizado por entidades legalmente constituídas e que visem fins de natureza educacional e cultural, constitui um auxiliar inestimável na promoção do desenvolvimento sócio cultural dos municípios:
- 15. Os municípios dispõem de atribuições nos domínios da Educação e da Cultura, de acordo com as alíneas d) e e), do n.º 2, do artigo 23.º do Anexo I da Lei 75/2013.

Pelo exposto e nos termos da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Conservatório de Música de Ourém e Fátima – Associação, pessoa coletiva com o NIPC 508 707 315, com sede na Av. D. Nuno Álvares Pereira, n.º 11, 2490-483 Ourém, Freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade, representada por Alexandre de Sousa Rodrigues, na qualidade de Presidente da Direção, com poderes para outorgar o ato.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:



# CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura ligeira de 9 passageiros

#### CLÁUSULA 2.ª

#### (Apoio financeiro)

- 7. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 14.000,00€ (catorze mil euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte, o qual corresponde a 70% do volume de investimento previsto.
- 8. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- **9.** Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

#### CLÁUSULA 3.ª

#### (Plano de pagamentos)

- 10. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
  - a) 7 mil euros em junho de 2016;
  - b) 7 mil euros em agosto de 2016, condicionado à apresentação de documentos de despesa e comprovativo de pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 11. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.
- 12. O pagamento será efetuado por transferência bancária, para a conta bancária do Conservatório de Música de Ourém e Fátima Associação, com o seguinte IBAN (*International Bank Account Number*) PT50 0038 0298 05556912771 45, da entidade



bancária – <u>Banco Santander Totta</u>, conforme consta no Anexo – I, que faz parte integrante do presente protocolo.

#### CLÁUSULA 4.ª

#### (Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- o) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- p) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- q) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem como os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- r) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- s) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- t) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;

#### CLÁUSULA 5.ª

#### (Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- e) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- f) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.



#### CLÁUSULA 6.ª

#### (Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

#### CLÁUSULA 7.ª

#### (Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, no bem adquirido ao abrigo do presente contrato, do apoio concedido pelo Primeiro Outorgante.

#### CLÁUSULA 8.ª

#### (Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

#### CLÁUSULA 9.ª

#### (Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.



#### CLÁUSULA 10.ª

#### (Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

#### CLÁUSULA 11.ª

#### (Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

#### CLÁUSULA 12.ª

#### (Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA 13.ª

#### (Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto nas Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

#### Aprovações:

Câmara Municipal em reunião de \_\_\_\_de junho de 2016.

O presente Protocolo de Colaboração compreende <u>6</u> folhas às quais se juntam <u>1</u> folha respeitante ao Anexo I, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da folha 6, em virtude de conter as assinaturas dos mesmos.



Celebrado aos de junho de 2016, e destinando-se cada um deles aos seus Outo	em dois exemplares de igual teor e validade, rgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Alexandre de Sousa Rodrigues



### **APOIO FINANCEIRO**

# PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA E CULTURAL VASCO DA GAMA —

#### **PREÂMBULO**

#### Considerando que:

- 16. O Município de Ourém, através de contratos-programa, tem efetuado um esforço significativo no sentido de qualificar as instalações desportivas das associações que movimentam o maior número de pessoas, particularmente jovens;
- 17. Esse esforço, em paralelo com o investimento em instalações municipais, tem contribuído para o desenvolvimento de uma rede de instalações desportivas, distribuídas pelos principais núcleos urbanos, de forma a proporcionar à população as melhores condições para a prática do desporto, promovendo assim o desenvolvimento da saúde para todos, quer de forma competitiva, quer de forma lúdica;
- 18. A modalidade do futebol é, de longe, aquela que movimenta maior número de jovens na área do Município de Ourém, pelo que se pretende, neste âmbito, a implantação de um relvado sintético em Boleiros Maxieira;
- 19. Numa primeira fase, será primordial apoiar a elaboração do projeto de execução, condição fundamental para que se possa encetar de imediato um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, no qual se estabeleça um apoio financeiro ao investimento a executar, tendo em vista garantir à associação adequadas condições financeiras:
- A Associação Desportiva e Recreativa e Cultural Vasco da Gama promove o desporto na área do território do Município de Ourém;
- 21. A prossecução do Interesse Público Municipal, igualmente concretizado por entidades legalmente constituídas e que visem a promoção do desporto, constitui um inegável constitui um auxiliar inestimável na promoção do desenvolvimento sócio-desportivo dos municípios;



22. Os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos Tempos Livres e Desporto, de acordo com a alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo – I da Lei 75/2013.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Associação Desportiva e Recreativa e Cultural Vasco da Gama, pessoa coletiva com o NIPC 501 177 337, com sede no Largo Vasco da Gama, em Boleiros-Maxieira, Freguesia de Fátima, representada no ato por Ana Margarida Marto Santos, na qualidade de Secretária da Direção, com poderes para outorgar o ato.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

# CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes elaboração de um projeto de execução, tendo em vista a implantação de um relvado sintético no campo de jogos propriedade da Associação Desportiva e Recreativa e Cultural Vasco da Gama.

#### CLÁUSULA 2.ª

#### (Apoio financeiro)

- 10. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 18.450,00€ (Dezoito Mil, Quatrocentos e Cinquenta Euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 11. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.



**12.** Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

#### CLÁUSULA 3.ª

#### (Plano de pagamentos)

- 13. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
  - a) 9.225 euros em julho de 2016;
  - b) 9.225 euros em agosto de 2016, condicionado à apresentação de documentos de despesa e comprovativo de pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 14. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

15.	O pagamento será efetuado por trans	sferência bancária, para a conta bancária da
	Associação Desportiva e Recreativa e	Cultural Vasco da Gama, com o seguinte IBAN
	(International Bank Account Number)	, da entidade
	bancária	, conforme consta no Anexo - I, que faz
	parte integrante do presente protocolo.	

#### CLÁUSULA 4.ª

#### (Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- u) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- v) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- w) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes



legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;

- x) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- y) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- z) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;

#### CLÁUSULA 5.ª

#### (Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- g) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- h) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

#### CLÁUSULA 6.ª

#### (Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

#### CLÁUSULA 7.ª

#### (Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação do apoio concedido pelo Primeiro Outorgante.

#### CLÁUSULA 8.ª

#### (Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª



deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.

2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

#### CLÁUSULA 9.ª

#### (Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

#### CLÁUSULA 10.ª

#### (Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

#### CLÁUSULA 11.ª

#### (Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

#### CLÁUSULA 12.ª

#### (Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.



# CLÁUSULA DÉCIMA 13.ª

#### (Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto nas Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
O presente Protocolo de Colaboração compr	reende <u>7</u> folhas às quais se juntamfolhas
respeitantes aos Anexos, que irão ser rubric	adas pelos Outorgantes, à exceção da folha 7,
em virtude de conter as assinaturas dos mesi	mos.
Celebrado aos	, em dois exemplares de igual teor e
validade, destinando-se cada um deles aos s	eus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Ana Margarida Marto Santos



# **APOIO FINANCEIRO**

# PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O CLUBE DESPORTIVO VILARENSE —

#### **PREÂMBULO**

#### Considerando que:

- 23. O Município de Ourém, através de contratos-programa, tem efetuado um esforço significativo no sentido de qualificar as instalações desportivas das associações que movimentam o maior número de pessoas, particularmente jovens;
- 24. Esse esforço, em paralelo com o investimento em instalações municipais, tem contribuído para o desenvolvimento de uma rede de instalações desportivas, distribuídas pelos principais núcleos urbanos, de forma a proporcionar à população as melhores condições para a prática do desporto, promovendo assim o desenvolvimento da saúde para todos, quer de forma competitiva, quer de forma lúdica;
- 25. A modalidade do futebol é, de longe, aquela que movimenta maior número de jovens na área do Município de Ourém, pelo que se pretende, neste âmbito, remodelar o sintético existente em Vilar dos Prazeres;
- 26. Numa primeira fase, será primordial apoiar a elaboração do projeto de execução, condição fundamental para que se possa encetar de imediato um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, no qual se estabeleça um apoio financeiro ao investimento a executar, tendo em vista garantir à associação adequadas condições financeiras:
- 27. O Clube Desportivo Vilarense promove o desporto na área do território do Município de Ourém;
- 28. A prossecução do Interesse Público Municipal, igualmente concretizado por entidades legalmente constituídas e que visem a promoção do desporto, constitui um inegável constitui um auxiliar inestimável na promoção do desenvolvimento sóciodesportivo dos municípios;
- 29. Os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos Tempos Livres e Desporto, de acordo com a alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei 75/2013.



Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Clube Desportivo Vilarense, pessoa coletiva com o NIPC 501 397 361, com sede na Rua do Clube Desportivo Vilarense, em Vilar dos Prazeres, Freguesia de N.ª Sr.ª das Misericórdias, representada no ato por Américo Ribeiro Leal, na qualidade de Presidente da Direção, com poderes para outorgar o ato.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

## CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes elaboração de um projeto de execução, tendo em vista a reabilitação do relvado sintético propriedade do Clube Desportivo Vilarense.

#### CLÁUSULA 2.ª

#### (Apoio financeiro)

- 13. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 18.450,00€ (Dezoito Mil, Quatrocentos e Cinquenta Euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 14. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- **15.** Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.



#### CLÁUSULA 3.ª

#### (Plano de pagamentos)

- 16. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
  - a) 9.225 euros em julho de 2016;
  - b) 9.225 euros em agosto de 2016, condicionado à apresentação de documentos de despesa e comprovativo de pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 17. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

18.	O pagamer	nto será efe	tuado p	oor tra	nsferê	ència b	ancária	ı, para	a conta	bancária	ı do	Clube
	Desportivo	Vilarense,	com	o seg	uinte	IBAN	(Interr	national	Bank	Account	: Nu	mber
				,		da	a	en	tidade		ba	ncária
				,	conf	orme	consta	no Ai	nexo –	I, que	faz	parte
	integrante o	lo presente	protoc	olo.								

#### CLÁUSULA 4.ª

#### (Obrigações do Segundo Outorgante)

- O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:
  - aa) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
  - bb) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
  - cc) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;



- dd) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- ee) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- ff) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;

#### CLÁUSULA 5.ª

#### (Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- i) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- j) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

#### CLÁUSULA 6.ª

#### (Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

#### CLÁUSULA 7.ª

#### (Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação do apoio concedido pelo Primeiro Outorgante.

#### CLÁUSULA 8.ª

#### (Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.



2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

#### CLÁUSULA 9.ª

#### (Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

#### CLÁUSULA 10.ª

#### (Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

#### CLÁUSULA 11.ª

#### (Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

#### CLÁUSULA 12.ª

#### (Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.



# CLÁUSULA DÉCIMA 13.ª (Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto nas Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
O presente Protocolo de Colaboração comp	oreende <u>7</u> folhas às quais se juntam <u>    f</u> olhas
respeitantes aos Anexos, que irão ser rubrio	cadas pelos Outorgantes, à exceção da folha 7
em virtude de conter as assinaturas dos mes	smos.
Celebrado aos	, em dois exemplares de igual teor e
validade, destinando-se cada um deles aos s	seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Américo Ribeiro Leal



## **APOIO FINANCEIRO**

# PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DE SEIÇA —

#### **PREÂMBULO**

#### Considerando que:

- 30. O Município de Ourém, através de contratos-programa, tem efetuado um esforço significativo no sentido de qualificar as instalações desportivas das associações que movimentam o maior número de pessoas, particularmente jovens;
- 31. Esse esforço, em paralelo com o investimento em instalações municipais, tem contribuído para o desenvolvimento de uma rede de instalações desportivas, distribuídas pelos principais núcleos urbanos, de forma a proporcionar à população as melhores condições para a prática do desporto, promovendo assim o desenvolvimento da saúde para todos, quer de forma competitiva, quer de forma lúdica;
- 32. A modalidade do futebol é, de longe, aquela que movimenta maior número de jovens na área do Município de Ourém, pelo que se pretende, neste âmbito, a implantação de um relvado sintético em Seiça;
- 33. Numa primeira fase, será primordial apoiar a elaboração do projeto de execução, condição fundamental para que se possa encetar de imediato um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, no qual se estabeleça um apoio financeiro ao investimento a executar, tendo em vista garantir à associação adequadas condições financeiras;
- 34. O Grupo Desportivo e Cultural de Seiça promove o desporto na área do território do Município de Ourém;
- 35. A prossecução do Interesse Público Municipal, igualmente concretizado por entidades legalmente constituídas e que visem a promoção do desporto, constitui um inegável constitui um auxiliar inestimável na promoção do desenvolvimento sócio-desportivo dos municípios;
- 36. Os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos Tempos Livres e Desporto, de acordo com a alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei 75/2013.



Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Grupo Desportivo e Cultural de Seiça, pessoa coletiva com o NIPC 501 223 169, com sede na Estrada Nacional 113, n.º 36, Seiça, representada no ato por Fernando Sousa e Silva, na qualidade de Presidente da direção, com poderes para outorgar o ato.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

# CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes elaboração de um projeto de execução, tendo em vista a implantação de um relvado sintético no campo de jogos propriedade do Grupo Desportivo e Cultural de Seiça.

#### CLÁUSULA 2.ª

#### (Apoio financeiro)

- 16. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 18.450,00€ (Dezoito Mil, Quatrocentos e Cinquenta Euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 17. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- **18.** Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.



#### CLÁUSULA 3.ª

#### (Plano de pagamentos)

- 19. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
  - a) 9.225 euros em julho de 2016;
  - b) 9.225 euros em agosto de 2016, condicionado à apresentação de documentos de despesa e comprovativo de pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 20. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

21.	. O pagamen	to será efe	tuado p	or trans	sferência	bancá	ria, pa	ra a conta bar	ncária do	o Grupo
	Desportivo	e Cultural	de Se	eiça, co	m o seg	guinte	IBAN	(International	Bank .	Account
	Number)					,	da	entidade	e b	ancária
					conforme	cons	ta no	Anexo – I,	que fa	z parte
	integrante d	o presente	protoco	olo.						

#### CLÁUSULA 4.ª

#### (Obrigações do Segundo Outorgante)

- O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:
  - gg) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
  - hh) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
  - ii) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;



- jj) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- kk) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- II) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;

#### CLÁUSULA 5.ª

#### (Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- k) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

#### CLÁUSULA 6.ª

#### (Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

#### CLÁUSULA 7.ª

#### (Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação do apoio concedido pelo Primeiro Outorgante.

#### CLÁUSULA 8.ª

#### (Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.



2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

#### CLÁUSULA 9.ª

#### (Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

#### CLÁUSULA 10.ª

#### (Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

#### CLÁUSULA 11.ª

#### (Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

#### CLÁUSULA 12.ª

#### (Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.



# CLÁUSULA DÉCIMA 13.ª (Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto nas Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
	reende <u>7</u> folhas às quais se juntam <u>folhas</u> adas pelos Outorgantes, à exceção da folha 7 mos.
Celebrado aosvalidade, destinando-se cada um deles aos s	, em dois exemplares de igual teor e eus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Fernando Sousa e Silva



### **APOIO FINANCEIRO**

# PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O FUNDO SOCIAL DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM (FSTCMO)

#### **PREÂMBULO**

#### Considerando que:

- 37. O Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ourém é uma associação sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, legalmente constituída.
- 38. A associação mencionada no número anterior prevê estatutariamente, nos seus objetivos, particularmente na alínea e) do artigo 3.º, a colaboração com o Município de Ourém na dinamização de atividades e serviços dirigidos aos associados.
- 39. Os municípios dispõem de atribuições no domínio da cultura, bem como dos tempos livres e desporto, de acordo com as alíneas e) e f) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro
- 40. Os municípios podem conceder apoios financeiros ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos trabalhadores do município, tendo como objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares.
- 41. O Decreto-Lei 31/2011, regula a transferência de verbas a efetuar pelas autarquias locais para as instituições constituídas por trabalhadores municipais, estabelecendo, no seu artigo 5.º, que estas não podem exceder 3,5% das remunerações e pensões, respetivamente, dos trabalhadores inscritos na instituição beneficiária da transferência, sendo este limite apurado anualmente, considerando o montante ilíquido multiplicado por 12 meses.
- 42. Tendo por referência as remunerações ilíquidas ocorridas no mês de fevereiro de 2016 dos trabalhadores do município, o limite de apoio anual situa-se na ordem dos 83,5 mil euros (apuramento que não inclui as remunerações ilíquidas dos



aposentados e dos trabalhadores da empresa municipal OUREMVIVA que são associados)

43. O bom desempenho e sucesso dos serviços municipais, a par das condições de trabalho e do com ambiente organizacional, também são determinantes os fatores que contribuem para a qualidade de vida dos colaboradores e familiares, particularmente as atividades culturais, recreativas e desportivas promovidas pela instituição de trabalhadores, circunstância que permite um incremento da partilha e do espírito de equipa.

Pelo exposto e nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre:

**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ourém (FSTCMO), pessoa coletiva com o NIPC 501 441 581, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém, representado neste ato por Luís Paulo Santos Rato Niza Ribeiro na qualidade de Presidente da Direção com poderes para outorgar o ato.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

# CLÁUSULA 1.ª (Âmbito)

O presente protocolo visa estabelecer as formas de colaboração e atuação recíprocas entre o Município de Ourém e o Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ourém (FSTCMO), e regular, nos termos da legislação aplicável, a subvenção do Município de Ourém.



# CLÁUSULA 2.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes das atividades culturais, recreativas e desportivas promovidas pelo FSTCMO no ano económico de 2016.

#### CLÁUSULA 3.ª

#### (Apoio financeiro)

- 19. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 16.000,00€ (Dezasseis Mil Euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 20. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- **21.** Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

#### CLÁUSULA 3.ª

#### (Plano de pagamentos)

- 22. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
  - a) 2.250 euros em junho de 2016;
  - b) 2.250 euros em setembro de 2016.
  - c) 11.500 euros em dezembro de 2016;
- 23. O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 24. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.
- 25. O pagamento será efetuado por transferência bancária, para a conta bancária do FSTCMO com o seguinte IBAN (*International Bank Account Number*) PT50 0035



<u>0891 00017881630 40</u>, da entidade bancária <u>Caixa Geral de Depósitos</u>, conforme consta no Anexo – I, que faz parte integrante do presente protocolo.

#### CLÁUSULA 4.ª

#### (Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- mm) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- nn) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- oo) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem como os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- pp) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- qq) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- rr) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;

#### CLÁUSULA 5.ª

#### (Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- m) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- n) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.



#### CLÁUSULA 6.ª

#### (Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

#### CLÁUSULA 7.ª

#### (Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação no evento a promover do apoio técnico e financeiro concedido pelo Primeiro Outorgante.

#### CLÁUSULA 9.ª

#### (Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

#### CLÁUSULA 10.ª

#### (Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.



#### CLÁUSULA 11.ª

#### (Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

#### CLÁUSULA 12.ª

#### (Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

#### CLÁUSULA 13.ª

#### (Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA 14.ª

#### (Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto nas Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

**Aprovações:** Câmara Municipal em reunião de de junho de 2016.



O presente Protocolo de Colaboração con	npreende 7 folhas às quais se junta 1 folha
respeitante ao Anexo, que irão ser rubricada	s pelos Outorgantes, à exceção da folha 7, em
virtude de conter as assinaturas dos mesmos	
Celebrado aos de junho de 2016, er	n dois exemplares de igual teor e validade,
destinando-se cada um deles aos seus Outor	
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
•	<b>3</b> ,
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Luís Paulo Santos Rato Niza Ribeiro



## PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O CENTRO DE 3ª IDADE DE GONDEMARIA

É função da Câmara Municipal de Ourém contribuir para a promoção da realização de projetos culturais, recreativos, sociais e desportivos de qualidade e de interesse para o concelho.

Considerando que se encontra disponível no lugar de Cidral, freguesia de Gondemaria, o edifício onde funcionara a Escola Básica do 1º Ciclo considera-se ser o Centro de 3ª Idade de Gondemaria a entidade mais ajustada para o seu usufruto, procurando tirar o maior proveito do mesmo em função da população da freguesia/associados e fins que representa.

Neste sentido o Municipal de Ourém celebra com o Centro de 3ª Idade de Gondemaria o presente Protocolo de cedência de instalações, na certeza de que é garantido pleno aproveitamento das mesmas para as iniciativas de interesse daquele Centro.

É celebrado o presente protocolo aprovado por unanimidade, em reunião camarária de 03 de junho de 2016, que se rege pelas cláusulas seguintes:

## Cláusula I Identificação dos Outorgantes

O presente Protocolo de cedência de instalações é celebrado entre:

**Município de Ourém**, pessoa coletiva de direito público com o n.º 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II, n.º 1, na Cidade de Ourém, adiante designado como Primeiro Outorgante, devidamente representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca.

**Centro de 3.ª Idade de Gondemaria**, pessoa coletiva n.º 504 337 300, com sede no Largo do Centro Cívico, n.º 4, no lugar de Gondemaria, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, do Concelho de Ourém, adiante designado como Segundo Outorgante, representado pela Presidente da Direção, Eunice Margarida de Oliveira Reis



## Cláusula II Objeto

O presente Protocolo tem por objeto a cedência do edifício escolar do 1º Ciclo, da localidade de Cidral, que se encontra desativado, ao Centro de 3ª Idade de Gondemaria inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 490 da União das Freguesias de Gondemaria e Olival e descrito na conservatória do registo predial sob o número 1532 da mesma freguesia, tornando-se um polo agregador de sinergias que poderão trazer contributos positivos para o desenvolvimento social da Freguesia, nomeadamente na dinamização dos serviços de apoio à família e centro de atividade de tempos livres.

#### Cláusula III

#### Período de Vigência

Sem prejuízo de eventuais revisões dos termos contratuais, o período de vigência deste Protocolo é de um ano, a contar da data da sua assinatura, sendo renovado automaticamente por período igual de tempo, caso não seja denunciado por qualquer das partes com 30 dias de antecedência.

#### Cláusula IV

#### **Direitos e Deveres do Primeiro Outorgante**

- 1. O Primeiro Outorgante compromete-se a ceder a gestão do edifício escolar do 1º Ciclo da localidade de Cidral ao Segundo Outorgante, para que aí possam ser postos em prática os objetivos definidos na Clausula II do presente Protocolo.
- 2. O Primeiro Outorgante reserva para si o direito de efetuar uma vistoria às condições das instalações, informando com a devida antecedência o Segundo Outorgante.

#### Cláusula V

#### **Direitos e Deveres do Segundo Outorgante**

O Segundo Outorgante será responsável pelo acompanhamento da gestão e manutenção do edifício escolar e das respetivas infraestruturas, incumbindo-lhe:

- 1. Fazer uma utilização normal e prudente do espaço, equipamentos e infraestruturas adstritas ao mesmo;
- 2. Utilizar e gerir o espaço disponibilizado tornando-o num polo de desenvolvimento;
- 3. Suportar todas as despesas de água, eletricidade;



- Suportar todas as despesas inerentes à manutenção dos espaços exteriores e interiores, caso existam;
- 5. Manter o recinto da escola nas melhores condições;
- Efetuar um seguro que cubra eventuais danos que possam ocorrer aos intervenientes durante a presença do Segundo Outorgante no espaço em apreço, e suportar os respetivos custos;
- 7. Não efetuar obras ou qualquer outro tipo de alterações no espaço, infraestruturas anexas ou equipamentos cedidos, exceto com a prévia autorização do Primeiro Outorgante;
- 8. A utilização deste edifício escolar está exclusivamente afeta ao Segundo Outorgante, não podendo este cedê-las a terceiros, e devendo cumprir o objeto estatutário legal e os fins associativos previstos.

#### Cláusula VI

#### Devolução do Espaço, InfraEstruturas e Equipamentos

Aquando do *terminus* do presente Protocolo, qualquer que seja a causa, o Segundo Outorgante obriga-se a:

- Devolver ao Município de Ourém o espaço cedido, livres de quaisquer ónus ou encargos;
- Devolver as infraestruturas e os equipamentos cedidos no estado de conservação em que os recebeu, sem que haja direito a qualquer indemnização por eventuais benfeitorias por si realizadas.

#### Cláusula VII

#### **Casos Omissos**

As questões omissas no presente Protocolo serão resolvidas por acordo das partes.

#### Cláusula Única

O presente Protocolo contém três folhas, todas numeradas e rubricadas pelos representantes das entidades outorgantes, à exceção da última que contém as suas assinaturas, sendo feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das entidades outorgantes.





O Primeiro Outorgante Município de Ourém O Segundo Outorgante Centro de 3ª Idade de Gondemaria

Paulo Alexandre Homem de O. Fonseca

Presidente da Câmara Municipal

Eunice Margarida de Oliveira Reis Presidente da Direcão

Bruno Alexandre Pereira Marques Presidente de Direção do Rancho

Carlos Gomes Pereira Presidente de Direção do Grupo



# CONTRATO-PROGRAMA DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O CENTRO DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE FÁTIMA

#### Considerando que:

- a) No âmbito da missão e dos objetivos do Município de Ourém na satisfação das necessidades da comunidade local, designadamente através do apoio a instituições particulares de solidariedade social, importa contribuir para a concretização de respostas sociais dirigidas às necessidades da comunidade, no caso em concreto, à problemática da deficiência e/ou doença mental;
- b) Cumpre dar resposta às necessidades da população, pertencente ao Município de Ourém, com a concretização de ações de intervenção social de qualidade, respeitando o princípio da igualdade social, de modo a garantir uma melhor qualidade de vida aos/às cidadãos/cidadãs;
- c) O Centro de Reabilitação e Integração de Fátima, adiante designado por CRIF, é uma instituição particular de solidariedade social, com utilidade pública, constituída a 12 de outubro de 1976 e registada como IPSS a 31 de agosto de 1983, que, ao longo dos últimos anos, tem desenvolvido uma série de atividades dirigidas às pessoas com deficiência ou incapacidade;
- d) O CRIF, atualmente, desenvolve várias respostas sociais, designadamente, Centro de Atividades Ocupacionais, Centro de Recursos, Centro de Recursos para a Inclusão, Formação Profissional e Unidade Socioeducativa;
- e) Este Contrato-Programa visa apoiar, pelos meios adequados, atividades de interesse municipal de natureza social e educacional, permitindo um apoio financeiro destinado ao Projeto Educativo "Adaptar, ler e jogar. Um sonho a alcançar!", que consiste na criação de um espaço "Ludoteca", demais serviços educativos e sociais complementares;
- g) Os municípios dispõem de atribuições nos domínios da educação e ação social, de acordo com as alíneas d) e h) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da lei 75/2013, de 12 de Setembro;
- e, em conformidade com deliberação tomada pela Câmara Municipal de Ourém a ---/----, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, é celebrado o presente Contrato-Programa entre:



**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;

е

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Centro de Reabilitação e Integração de Fátima (CRIF), pessoa coletiva com o NIPC 501 130 020, com sede na Rua das Pedreiras, n.º 470 - Moimento - 2495-650 Fátima, em Ourém, representada neste ato pelo Presidente da Direção, António Martins Pereira;

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA (Objeto)

Constitui objeto do presente Contrato-Programa a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da implementação de uma das acções do Projeto Educativo do CRIF, intitulado por "Adaptar, Ler e jogar. Um sonho a alcancar", o Espaço Ludoteca, demais serviços educativos e sociais complementares.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

#### (Apoio Financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 8.836,70€ (oito mil, oitocentos e trinta e seis euros e setenta cêntimos); de acordo com o comprovativo de pagamentos previsto na cláusula seguinte, o qual corresponde a 100% do valor total do investimento previsto executar.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado à percentagem prevista no número anterior.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA**

#### (Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
  - a) 50% do valor global, 4.418,35€, em julho de 2016;
  - b) 50% do valor global, 4.418,35€, em agosto de 2016.



- O pagamento da segunda prestação está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.
- 4. O pagamento será efetuado por transferência bancária, para a conta bancária do Centro de Reabilitação e Integração de Fátima, com o seguinte IBAN PT50-0033-0000-50033179285-05, conforme documento em Anexo – III, o qual é parte integrante do presente Contrato-Programa.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

#### (Obrigações do Segundo Outorgante)

- 1. O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:
  - 1.1. Cooperar com o MUNÍCIPIO DE OURÉM no acompanhamento ao cumprimento do presente Contrato-Programa;
  - 1.2. Aplicar e administrar corretamente o apoio que lhe está a ser concedido tendo em conta o objeto do presente Contrato-Programa;
  - 1.3. Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste Contrato-Programa, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais ou institucionais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após *o terminus* do presente Contrato-Programa;
  - 1.4. Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direção-Geral dos Impostos;
  - 1.5. Caso o investimento em causa seja maioritariamente financiado por entidades públicas será obrigatório observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a refitificação n.º 18-A/2008. de 28 de março e suas alterações);
- 2. Não afetar a outras finalidades, nem alocar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, no todo ou em parte, os bens adquiridos no âmbito deste apoio, durante o seu prazo de vida útil legalmente estabelecido, sem a prévia autorização do Primeiro Outorgante.
- 3. Manter o investimento comparticipado afeto à respetiva atividade, pelo menos durante cinco anos, contados a partir da conclusão do presente Contrato-Programa.



4. Elaborar candidatura a todos os programas comunitários ou nacionais que visem o financiamento ao tipo de respostas sociais objeto do presente Contrato-Programa.

#### **CLÁUSULA QUINTA**

#### (Divulgação ao Apoio Financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação dos apoios, nomeadamente o montante total de investimento e o montante total de apoio atribuído pelo Primeiro Outorgante.

#### **CLÁUSULA SEXTA**

#### (Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente Contrato-Programa, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto de apoio definido.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

#### (Acompanhamento e Controlo do Contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Contrato-Programa, competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa Execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

#### CLÁUSULA OITAVA

#### (Revisão ao Contrato-Programa)

O presente Contrato-Programa pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso Interesse Público.

#### **CLÁUSULA NONA**

#### (Incumprimento, Rescisão e Sanções)

1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Contrato-Programa constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.



2. O incumprimento do presente Contrato-Programa constitui um impedimento para a apresentação de novo Pedido de Atribuição de Apoio por parte do Segundo Outorgante durante um período mínimo de três anos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

#### (Vigência do Contrato-Programa)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Contrato-Programa inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

O presente Contrato-Programa compreende 6 folhas e inclui 1 Anexo, as quais irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da folha 6, em virtude de conter as assinaturas dos mesmos.
Celebrado ao dia//, em dois exemplares de igual teor e validade, destinando-se cada um deles aos seus Outorgantes.

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca António Martins Pereira

Pelo Segundo Outorgante,

Pelo Primeiro Outorgante,